

DANTE COSTA

SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E
POBREZA NA AMAZÔNIA

RIO DE JANEIRO — 1965

COLEÇÃO «ASPECTOS»

Direção de José Simeão Leal

- 1 — ENSINO DE LITERATURA Afrânio Coutinho
- 2 — CONFLITOS DE CULTURAS Coelho de Sousa
- 3 — RETRATO DE ALFONSUS DE
GUIMARAENS Enrique Resende
- 4 — LINDOLFO ROCHA Aloísio de Carvalho Filho, Múcio Leão,
Nilo Bruzzi e Afrânio Coutinho
- 5 — O PROBLEMA DA LÍNGUA BRA-
SILEIRA Homero Senna
- 6 — O CONDOR SERGIPANO Lincoln de Souza
- 7 — O ENSINO DO JORNALISMO Carlos Rizzini
- 8 — UMA INTERPRETAÇÃO DA CRISE
PORTUGUÊSA Herbert Parentes Fortes
- 9 — O ENSINO DE PORTUGUÊS Celso Cunha
- 10 — JORNALISMO E UNIVERSIDADE . . . Celso Cunha
- 11 — ALGUNS PERSONAGENS Encida
- 12 — A CULTURA BRASILEIRA E SEUS
EQUÍVOCOS Euryalo Cannabrava
- 13 — VOCAÇÃO DE EUCLIDES DA
CUNHA Umberto Peregrino
- 14 — BERNANOS E O PROBLEMA DO
ROMANCISTA CATÓLICO Raymundo Souza Dantas
- 15 — CONVERSA COM AMERICANOS . . . Saldanha Coelho
- 16 — JORNALISMO E LITERATURA . . . Antônio Olinto
- 17 — NOVA CONVERSA SÔBRE GRAÇA
ARANHA Rodrigo Octavio (Filho)
- 18 — BAJO EL ALERO ASUNCENSO . . . Justo Pastor Benitez
- 19 — JORNALISMO E EDUCAÇÃO . . . Fernando Tude de Sousa
- 20 — BAHIA Ivan Pedro Martins
- 21 — A BIBLIOGRAFIA E SUA TÉCNICA . . Xavier Placer
- 22 — A LEI E O DECLÍNIO DO DI-
REITO Nelson Carneiro
- 23 — SÔBRE A RENDA NACIONAL Ivan Pedro Martins
- 24 — ENCONTRO COM ROQUETTE-
PINTO Francisco de Assis Barbosa
- 25 — ROQUETTE-PINTO Paulo E. de Berrêdo Carneiro
- 26 — A CAMINHO DO EGITO Luiz Guimarães Júnior
- 27 — VERTICAIS Moniz Bandeira
- 28 — ROSA DOS VENTOS Enrique de Resende
- 29 — ANTEPROJETO DE SIMPLIFICAÇÃO
DA NOMENCLATURA GRAMATICAL
BRASILEIRA Vários
- 30 — VIDA SOCIAL E CRIAÇÃO LITE-
RÁRIA Djacir Menezes

(Continúa na 3.ª pág.)

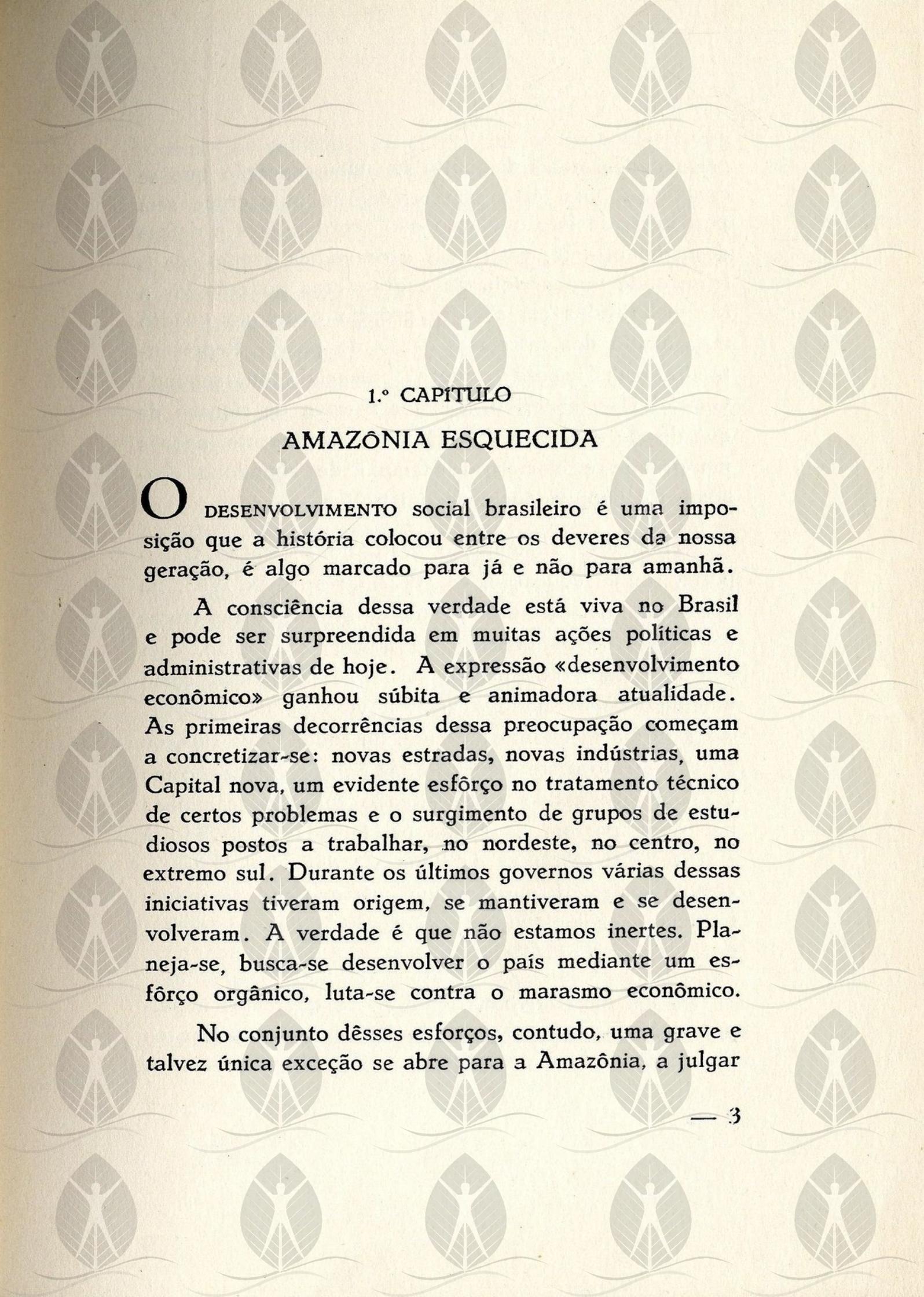
DANTE COSTA

*SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E
POBREZA NA AMAZÔNIA*

Am 309.1811
C837A

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO



1.º CAPÍTULO

AMAZÔNIA ESQUECIDA

O DESENVOLVIMENTO social brasileiro é uma imposição que a história colocou entre os deveres da nossa geração, é algo marcado para já e não para amanhã.

A consciência dessa verdade está viva no Brasil e pode ser surpreendida em muitas ações políticas e administrativas de hoje. A expressão «desenvolvimento econômico» ganhou súbita e animadora atualidade. As primeiras decorrências dessa preocupação começam a concretizar-se: novas estradas, novas indústrias, uma Capital nova, um evidente esforço no tratamento técnico de certos problemas e o surgimento de grupos de estudiosos postos a trabalhar, no nordeste, no centro, no extremo sul. Durante os últimos governos várias dessas iniciativas tiveram origem, se mantiveram e se desenvolveram. A verdade é que não estamos inertes. Planeja-se, busca-se desenvolver o país mediante um esforço orgânico, luta-se contra o marasmo econômico.

No conjunto dêesses esforços, contudo, uma grave e talvez única exceção se abre para a Amazônia, a julgar

pelos dados atuais disponíveis. Uma exceção que se cristalizará num êrro sem remédio e num crime sem perdão se de fato a Nação não acordar para a defesa desta importante, vastíssima e dramática região brasileira, onde tantas riquezas e grandezas poderão vir a ser mobilizadas em socorro próprio e até no quadro mais amplo dos interêsses gerais do país. Representando uma imensa riqueza potencial, ou segundo Gabriel Hermes Filho, a maior reserva de riqueza de que dispõe o país, a Amazônia é, no presente, apenas um grande e clamoroso exemplo de abandono econômico e imprevidência administrativa.

Habitação, alimentação, vestuário, recreação, transporte, saúde, educação, constituem ainda em 1963, na Amazônia, outros tantos pontos de atraso, outras tantas confissões de indigência. O homem da região, com sua bravura e obstinação, surge nesse quadro como um gigantes obrigado a viver a vida de um pigmeu. Lá está êle escondido na mata, na solidão dos rios, ou no sofrimento triste e ansioso das poucas cidades, como um ser desassistido e só, situado fora dos caminhos por onde passam as metas proclamadas, colocado à margem das correntes de riqueza e das vias de intercâmbio comercial, parado num país que anda a industrializar-se, completamente desassistido dos apetrechos necessários ao ofício de viver.

É um imperativo nacional — se queremos impulsionar o crescimento geral do Brasil — modificar os têrmos do problema amazônico. É realizar uma nova

tomada de posição, desta vez sem hesitações, sem distorções políticas, sem ambições desmedidas.

Os esforços a serem feitos envolvem objetivos de natureza muito diversa, o que é devido a três fatores principais: a tênue estrutura populacional da região, a enorme extensão territorial e as diferenças de ecologia e de tipos de atividade humana.

A problemática das áreas amazônicas florestais, de economia puramente extrativa, não será precisamente a mesma dos pequenos ou grandes aglomerados urbanos que na vasta planície já se formaram. Do mesmo modo, os objetivos a perseguir nas lonjuras do interior, nas comunidades de retroterra ou servidas por ferrovia, são diferentes daqueles a serem levados em conta nas comunidades ribeirinhas. Os problemas de aculturação entre elementos alienígenas e os da terra também se fazem sentir, um pouco por toda a região. Mas há uma pobreza generalizada cujo combate está a exigir medidas de fomento agrícola, o estímulo de atividades industriais, um novo regime de propriedade da terra e mutações sociais a serem firmemente apoiadas por um bom aparelhamento de crédito, e por assistência técnica, ajuda educacional e defesa sanitária.

A agricultura e a indústria terão de se dar as mãos para salvarem a Amazônia. Mas se é necessário começar a sua industrialização, também necessário é reconhecer que, ainda por muito tempo, a área terá de ser considerada de atividade agrícola predominante. Atividade agrícola que não só encare a defesa dos produtos tradicionais como a borracha, a castanha-do-

pará, e outros, mas também leve em consideração a implantação e o estímulo a novos tipos de produtos, de exploração recente — porém promissora — como é o caso da juta e da pimenta-do-reino. E política agrícola que também inclua, finalmente, aquela atividade que já devera ser grande produtora de riqueza e cuja estruturação, no entanto, ainda está por fazer: a exploração florestal.

Por outro lado, a pesca, sòzinha, ocupa também todo um quadrante das necessidades do desenvolvimento da Amazônia. A pesca, na Amazônia, carrega em si não apenas soluções de ordem econômica como também aquelas outras, de alimentação, que mais diretamente preocupam e interessam ao homem da região, mergulhado no injusto esquecimento a que o está relegando a nacionalidade.

O homem é o objetivo final de tôda a política de desenvolvimento justa. A história do trabalho humano é a história da libertação progressiva do próprio homem. A servidão, tal como a instauraram as primeiras dinastias egípcias, só é forma normal de trabalho até o século XIII, quando o trabalho livre começa a organizar-se. Desde os tempos egípcios a subordinação do servo, e de sua família, à terra que cultiva mas não possui, e às dívidas que o acorretam aos latifundiários, constitue uma constante caracterizadora. O homem do interior da Amazônia e o do Nordeste brasileiro estão submetidos a condições de trabalho equivalentes às vigorantes nos recuados tempos da servidão clássica, são servos que o século XX ainda não libertou. Os nor-

destinos possuem a seu favor a rodovia, por onde fogem para o sul, que é, sem dúvida, uma libertação. O homem amazônico, êsse não tem pôrto de esperança. Está sitiado pelo rio. Lá está êle, esquecido e miserável, à espera não do século XX, mas do século XIII. Não pode fugir porque não tem rodovia que o liberte, nem caminhão que o traga para as construções civis do sul, ou para as favelas cariocas, onde a miséria e a insalubridade são penosas mas representariam, também para êle, a conquista de melhor salário e a da liberdade de ir e de vir. Continua o homem amazônico perdido na solidão da planície, sob o silêncio das águas, contemplando os horizontes sem fim, e gerando filhos para êsse mesmo destino de solidão e desesperança.

2.º CAPÍTULO

A FLORESTA GRÁVIDA

A IMENSA riqueza que é a floresta amazônica permanece economicamente mofina, perdida que foi a grandeza com que a borracha dourava o seu destino.

Essa floresta é uma riqueza e um motivo de apreensão. Sempre olhada por estrangeiros com olhos cupidos, tem sido um lugar de sacrifício e de espanto para os brasileiros que ali nasceram ou lá foram ter, no passado, quando a perseguição às seringueiras levava homens, embarcações, e riqueza, às suas áreas mais recônditas.

A floresta amazônica, depois que o ciclo econômico da borracha estancou, tem produzido principalmente imagens literárias, excitação estilística, desvairamento sensorial, mas não iniciativas tendentes a incorporá-la às forças atuantes na economia nacional.

Lá está a floresta grávida: de riquezas, de problemas, de drama social.

A problemática da floresta amazônica desde logo é dominada pelo arcaico sistema de propriedade. É claro que por aí é que se deverá começar qualquer esforço

de recuperação econômica. A reforma agrária, indispensável a este país, reforma corajosa e inadiável, apresentará também para a Amazônia a possibilidade da correção das passadas injustiças sofridas pela sua população e uma possibilidade real de modificação desse panorama de miséria e exploração. O regime das imensas propriedades intocáveis deve ser modificado a fim de que a terra possa ser objeto de novas iniciativas de investimento e colonização. Ninguém advogaria para uma região de economia extrativa o regime da pequena propriedade, mas a imensidade de terras e rios, a perder de vista, nas mãos de um só proprietário, quase sempre ausente, gera a escravidão, o terror e o desânimo, e clama por uma modificação a ser feita em benefício dos que ali insistem em viver de seu trabalho penoso e solitário.

Na geografia humana da Amazônia é preciso criar a sede física para o trabalho livre. É necessário que os que ali trabalham sejam libertados da solidão, da falta de convivência, do tremendo desconsolo de estar sempre só, e em terras que não são suas.

E os primeiros a serem assistidos pela lei justa, pela terra própria, e pela técnica, hão de ser os que lá vivem, pois já conhecem os segredos da terra, já se adaptaram às suas exigências, ao clima, ao regime de águas, aos alimentos locais e estão, portanto, melhor capacitados para receberem a ajuda material e espiritual que se pretenda realizar concretamente na Amazônia.

Os núcleos de uma nova penetração estarão marcados pelas famílias atualmente em atividade no seio da floresta ou nas margens dos rios.

Existe extensa bibliografia útil à planificação de um desenvolvimento florestal na Amazônia e sobressaem os livros, discursos ou monografias de Osorio Nunes, Ferro Costa, Socrates Bonfim, Gabriel Hermes Filho, Paulo Maranhão, Arthur Cesar Ferreira Reis, Cattete Pí-
nheiro, Agnello Bittencourt, Jarbas Passarinho, Leandro Tocantins, Amando Mendes e tantos outros autores que se dedicaram a estudar com olhos objetivos aquê-
le mundo de riquezas perdidas.

A exploração da madeira, que seria uma atividade básica na Amazônia, está ainda por fazer-se. A floresta continúa dormindo o sono milenar das suas raízes. No entanto, um mundo de prosperidade se abrirá para a Amazônia apenas com o aproveitamento racional da sua floresta. Mas três medidas iniciais precisam ser desde logo encaradas para uma exploração racional e econômica: o inventário florestal, o treinamento de técnicos e a criação de mercados.

Medidas de proteção à borracha, que tanto as têm reclamado, entre outros, Gabriel Hermes Filho e Sylvio Braga, devem ser realizadas com a consciência da sua importância no quadro geral da economia da região e sob uma vigorosa formulação nacionalista, que assim o exige o interesse nacional. Mas é preciso que tôdas as energias não se concentrem na borracha. É necessário pensar também na madeira, na grande riqueza nunca desenvolvida.

O INVENTÁRIO FLORESTAL

A medida básica e inicial para o fomento madeireiro na Amazônia é o inventário da floresta. Torna-

se necessário conhecer as diferentes espécies que formam a inviolada e decantada floresta e estudar o valor econômico de cada uma delas. Tal tarefa já foi iniciada em 1954 e está pronto o inventário de uma área de cerca de 20 milhões de hectares. O trabalho, inicialmente realizado ao sul do Rio Amazonas, e do Rio Madeira às matas do Maranhão, posteriormente foi estendido a áreas de terra firme da zona dos Rios Araguaia e Tocantins, e das florestas cortadas pela BR-14 (Estrada Belém-Brasília). Este levantamento foi realizado pela Missão da FAO na Amazônia, missão cuja atividade tem sido grandemente desassistida.

A criação recente de um *Centro de Investigação Florestal*, no Ministério da Agricultura, faz supor novo impulso ao magnífico trabalho já realizado, pois é indispensável que se prossiga o inventário florestal da Amazônia, passo inicial para qualquer política de renovação econômica que pretenda adicionar novas áreas, economicamente vivas, à depauperada economia regional.

EXPLORAÇÃO FLORESTAL E FORMAÇÃO DE TÉCNICOS

Concorrentemente há de ter início a exploração da floresta inventariada.

Como permitir que um dos revestimentos florísticos maiores do mundo permaneça intocado, como

No Centro de Curuá realiza-se o treinamento da exploração madeireira. Tratando-se de uma floresta composta de muitas variedades, é óbvia a importância de saber-se quais as espécies que devem ser abatidas:

admitir que não se explore economicamente essa fabulosa riqueza?

Sabe-se que há 2.500 espécies diferentes de árvores grandes formando a Floresta Tropical Chuvosa que reveste a Amazônia. Só no Pará a variedade eleva-se a mais de 1.000 espécies e é necessário conhecê-las e trabalhá-las por processos adequados às suas características. Mas técnicos em atividades florestais inexistem e nada é possível fazer sem eles.

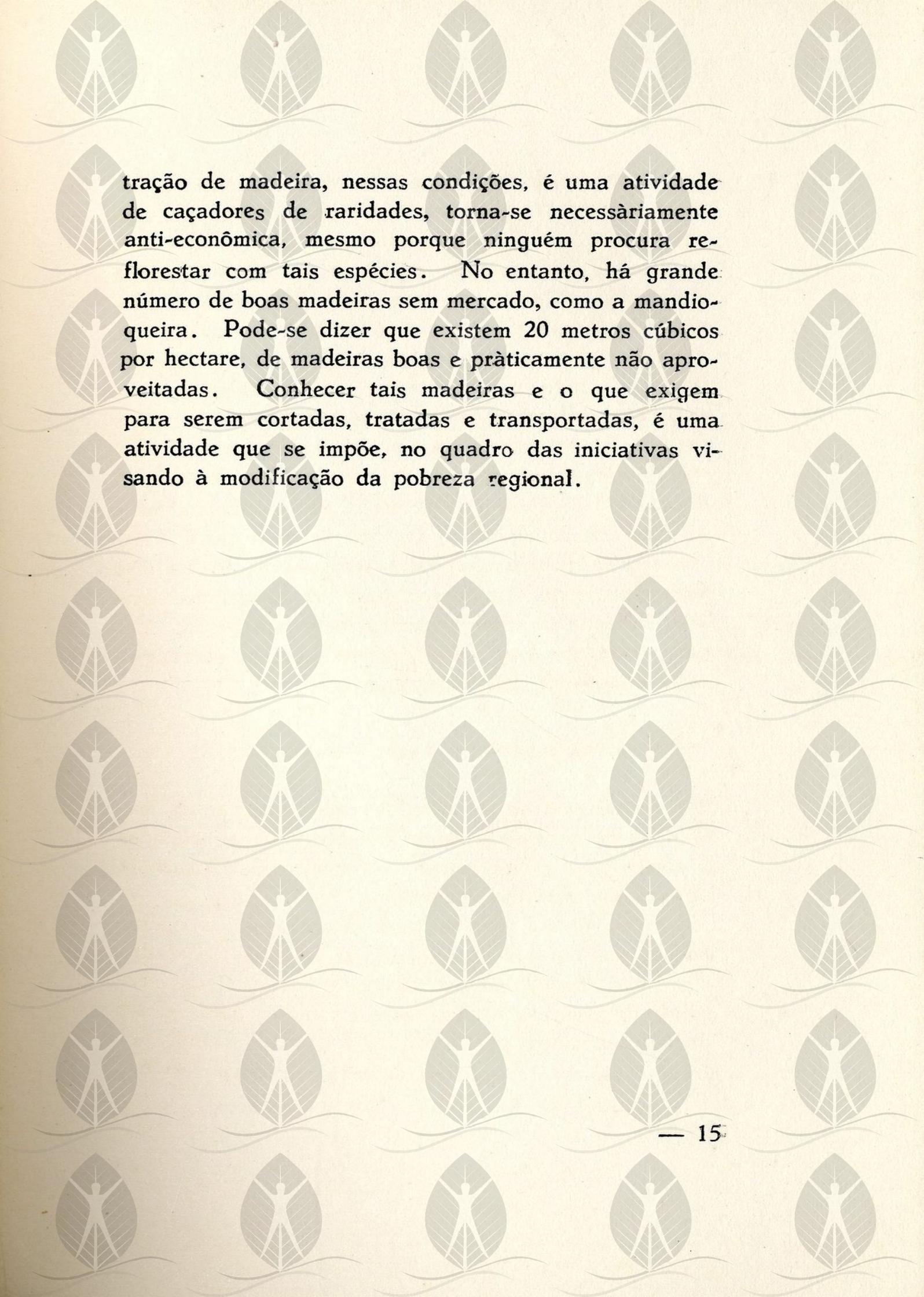
A floresta amazônica é em geral inabitada e nas suas cercanias as escassas populações que existem são formadas ou por resíduos de uma cultura indígena de tradição ribeirinha, ou por egressos do Nordeste brasileiro, nu de florestas. Por isso há que criar os técnicos e treiná-los, desde logo, em exploração florestal moderna, a exigir máquinas, serrarias, tratores, caminhões, e homens que saibam operar essas máquinas. Um Centro de Treinamento em Exploração Florestal, localizado em Curuá, e uma Serraria-Escola, instalada em Santarém, são duas unidades implantadas também pela FAO e vivendo vida isolada e periclitante, por falta de apoio dos governos. No Centro de Santarém 48 homens foram treinados até junho de 1960, como operadores de indústria madeireira. Tendo sido este Centro criado por aquela agência das Nações Unidas, é agora necessário que o governo brasileiro o receba e passe a operá-lo, destinando-o a cursos de treinamento mais amplo, utilizando os técnicos já formados como instrutores, a fim de dar expansão e aplicação fecunda ao esforço inicial realizado.

com o auxílio do inventário é possível penetrar na floresta e abater rapidamente as árvores requeridas, pois já se sabe, previamente, onde cada uma delas está localizada. A produção de dormentes ferroviários na Amazônia está entre as suas possíveis iniciativas econômicas, já que as florestas da região são compostas, em alta proporção, por espécies de grande durabilidade. A indústria madeireira pode experimentar um apreciável progresso com o conhecimento cada vez mais preciso da qualidade das madeiras, métodos de extração adequados, tipos de serras de maior rendimento e outros. É claro que se torna necessário manter e ampliar atividades como esta, que visam a dar à Amazônia os técnicos de que ela precisa, e os trabalhadores florestais de que ela carece, para ser não apenas uma área florestal de interesse meramente paisagístico, mas para transformar-se numa imensa floresta em exploração econômica positiva e rendosa.

NOVOS MERCADOS PARA NOVAS MADEIRAS

A necessidade de criar mercados para novas madeiras está necessariamente incluída entre as medidas a tomar para o incremento econômico da Amazônia através da indústria madeireira.

O mercado regional está acostumado a operar apenas com um número reduzido de madeiras. O cedro e o freijó monopolizam o interesse comercial das serrarias de algumas regiões, mas em certas áreas existe apenas um cedro para cada 10 hectares. Quanto ao freijó a situação é aproximadamente a mesma. A ex-



tração de madeira, nessas condições, é uma atividade de caçadores de raridades, torna-se necessariamente anti-econômica, mesmo porque ninguém procura reflorestar com tais espécies. No entanto, há grande número de boas madeiras sem mercado, como a mandiogueira. Pode-se dizer que existem 20 metros cúbicos por hectare, de madeiras boas e praticamente não aproveitadas. Conhecer tais madeiras e o que exigem para serem cortadas, tratadas e transportadas, é uma atividade que se impõe, no quadro das iniciativas visando à modificação da pobreza regional.

3.º CAPÍTULO

AGRICULTURA DIVERSIFICADA

AS INICIATIVAS de fomento não se devem limitar, contudo, à floresta. Um impulso vigoroso deve ser dado às plantações de borracha, cacau, pimenta, ipecacuanha e outras espécies, nas áreas de maior densidade populacional. E a todo o quadro geral das atividades ligadas à terra.

A ZONA BRAGANTINA

A zona bragantina, sob tal aspecto, é em verdade excepcional. Justamente essa área de dupla vertente, que entre o mar e o Rio Guamá se desenrola, e para lá do rio continua, e na qual se instalou e vive a maior concentração humana de tôda a Amazônia: quase um milhão de pessoas habita-a e nela se inserem alguns municípios de vigorosa expressão progressista. São exemplos os municípios de Castanhal e Igarapé-Açú, além daqueles mais próximos de Belém, como Ana-

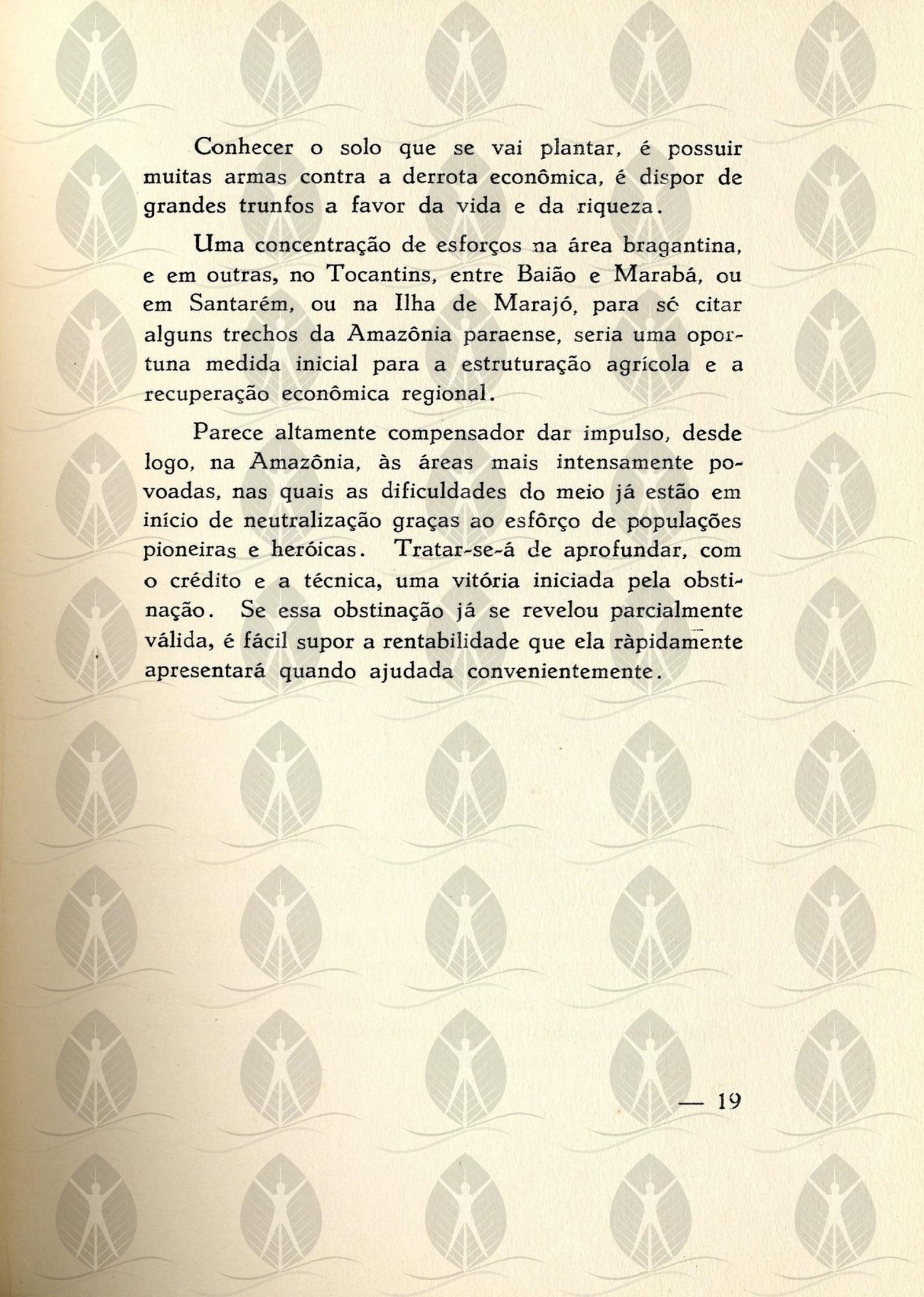
nindeua — onde a produção leiteira e a de legumes e pimenta são facilmente compensadoras. Citem-se ainda Maracanã e Marapanin, localizados à beira-mar e capazes de se beneficiarem com uma riqueza nova: a que a indústria pesqueira lhes poderá trazer.

Há tōda uma viva possibilidade de progresso econômico nessa área servida pela Estrada de Ferro de Bragança e pela ponta paraense da Rodovia Belém-Brasília.

Nessa região bragantina as medidas de crédito barato e de assistência técnica poderão concorrer para um progresso rápido, se fôr dado apoio à instalação de granjas leiteiras, que já as há, — e enviando o seu leite para Belém, — bem como ao plantio de verduras e legumes, com que abastecer todos os municípios próximos. As experiências de plantio racional de seringueiras e os extensos pimentais que por ali se estendem são a prova da riqueza potencial da região. Eis uma área na qual o crédito inventará a riqueza, se o homem que dēle se beneficie dispuzer de adequada informação técnica. E a primeira informação técnica a ser transmitida, para os que se dedicam à pecuária e à agricultura em tais regiões, e em quaisquer outros rasgos de terra, é a referente à composição do solo e respectiva correção química.

O conhecimento do solo é a atividade básica em qualquer projeto de agricultura moderna.

O homem, a planta e o animal têm o seu destino governado pela natureza química do solo.



Conhecer o solo que se vai plantar, é possuir muitas armas contra a derrota econômica, é dispor de grandes trunfos a favor da vida e da riqueza.

Uma concentração de esforços na área bragantina, e em outras, no Tocantins, entre Baião e Marabá, ou em Santarém, ou na Ilha de Marajó, para só citar alguns trechos da Amazônia paraense, seria uma oportuna medida inicial para a estruturação agrícola e a recuperação econômica regional.

Parece altamente compensador dar impulso, desde logo, na Amazônia, às áreas mais intensamente povoadas, nas quais as dificuldades do meio já estão em início de neutralização graças ao esforço de populações pioneiras e heróicas. Tratar-se-á de aprofundar, com o crédito e a técnica, uma vitória iniciada pela obstinação. Se essa obstinação já se revelou parcialmente válida, é fácil supor a rentabilidade que ela rapidamente apresentará quando ajudada convenientemente.

4.º CAPÍTULO

EM DEFESA DO HOMEM

AS ATIVIDADES agrícolas presentes e futuras, e a indispensável e progressiva industrialização que a Amazônia espera, só terão êxito, contudo, se o homem que nela nasceu ou que para ela emigrou, fôr considerado a peça fundamental do processo.

Existe, sob êste aspecto, tôda uma revolução a operar-se. Não é possível fundar a desejada prosperidade da Amazônia na exploração e na pobreza do seu habitante. O atraso atual da Amazônia é o reflexo da miséria em que foram abandonadas as suas populações interiores. E êsse quadro de injustiça social e iniquidade precisa ser eliminado antes de que mais se agravem os seus tristes resultados.

O operariado das cidades amazônicas é obrigado a viver em condições de verdadeiro pauperismo, flutuando na angústia de salários insuficientes em face do alto custo da vida. Além disso, o não cumprimento da legislação trabalhista está demasiadamente implantado na

Amazônia. Esqueceu-se a defesa do trabalhador através da aplicação rigorosa da legislação que em todo o Brasil o protege. Em muitas serrarias mãos humanas são perdidas em acidentes evitáveis se houvesse adequada proteção ao trabalhador durante o seu trabalho. A lei que obriga à construção de refeitórios nos locais de trabalho é esquecida com exagerada freqüência.

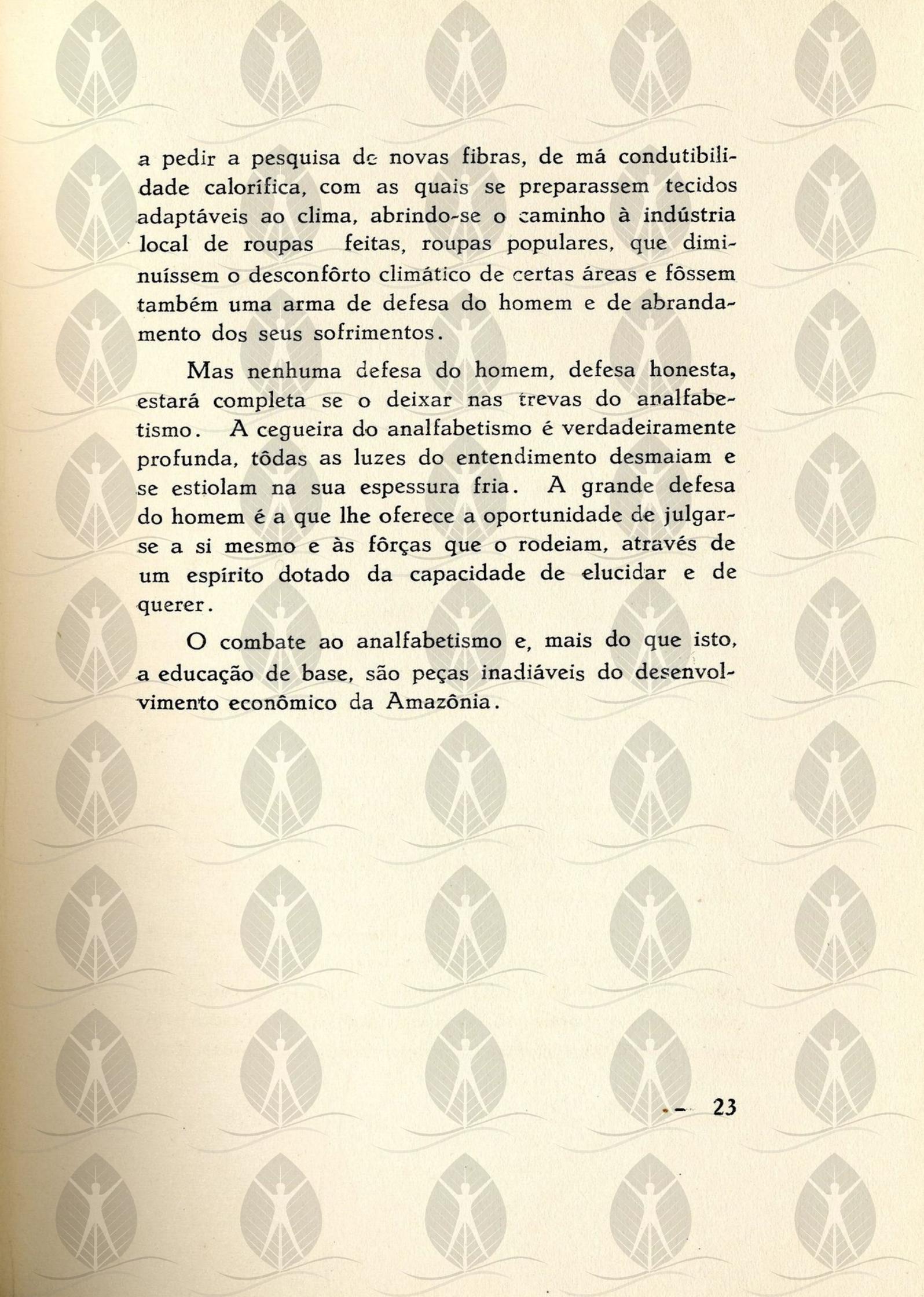
Por outro lado, as condições de trabalho nas florestas são demasiado primitivas e a ausência de legislação associada à tradicional exploração da mão-de-obra, reduzem perigosamente a capacidade de trabalho e mesmo a ambição de viver.

A necessidade de uma reforma agrária, exigência de tremenda importância atual para o Brasil, surge na Amazônia em termos especialmente graves, a pedir cuidadosa atenção por parte dos legisladores. A exploração humana nos seringais e castanhais atinge proporções verdadeiramente deprimentes.

A classe média, por sua vez, estiola-se, deprimida pela ausência de crédito, que corta o vôo às iniciativas novas.

E no plano individual e familiar, a população das cidades, das zonas rurais, da floresta ou da beira do rio, carece de melhores condições de saúde, alimentação, educação, habitação, recreação.

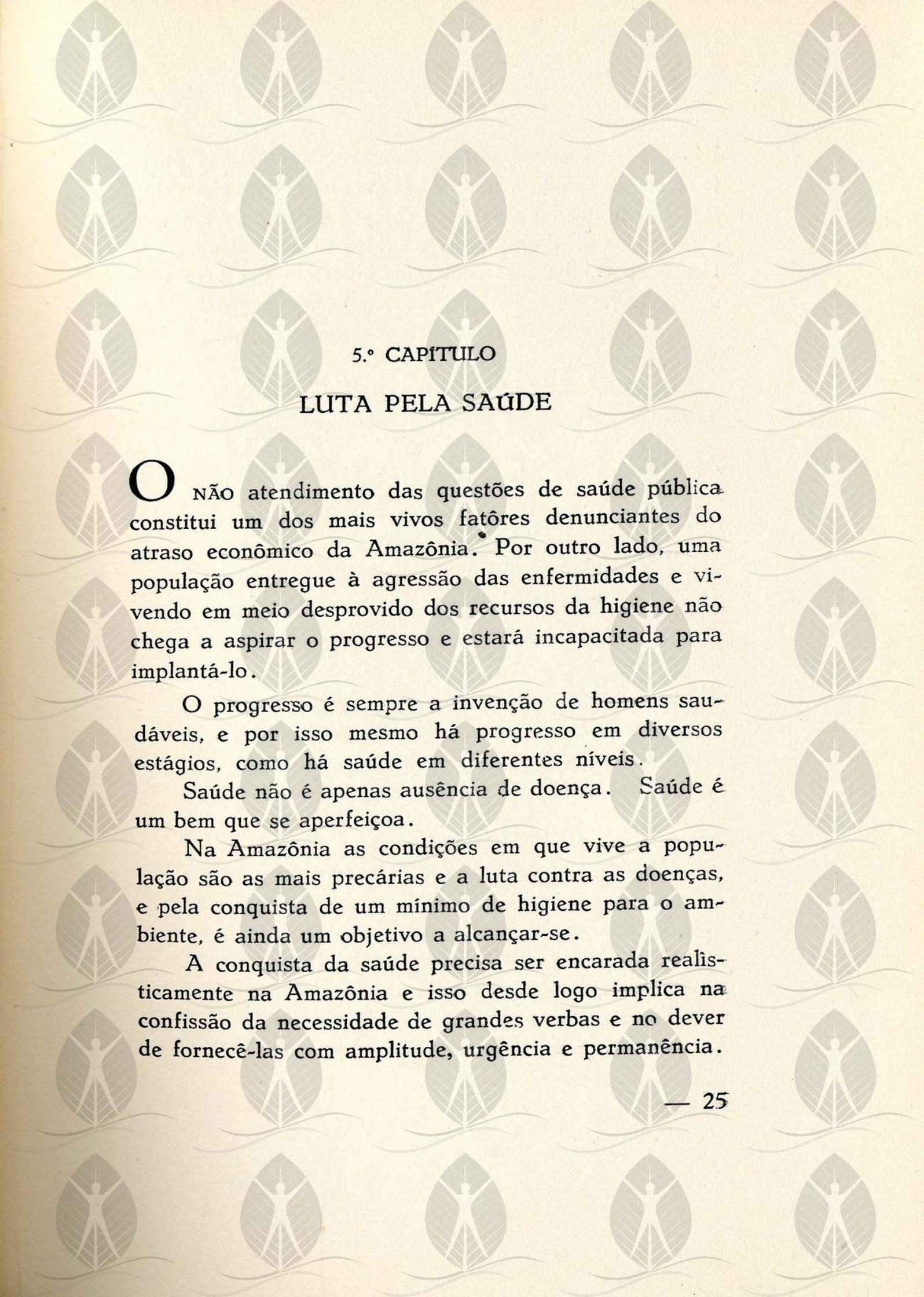
Tôda uma ajuda há que se dar ao homem da Amazônia, no tocante a êsses aspectos da sua vida. É uma ajuda que não excluisse até a facilitação e racionalização do seu vestuário, já iniciada instintivamente pelo quase usual abandono do paletó e das casemiras, mas



a pedir a pesquisa de novas fibras, de má condutibilidade calorífica, com as quais se preparassem tecidos adaptáveis ao clima, abrindo-se o caminho à indústria local de roupas feitas, roupas populares, que diminuíssem o desconforto climático de certas áreas e fôsem também uma arma de defesa do homem e de abrandamento dos seus sofrimentos.

Mas nenhuma defesa do homem, defesa honesta, estará completa se o deixar nas trevas do analfabetismo. A cegueira do analfabetismo é verdadeiramente profunda, tôdas as luzes do entendimento desmaiam e se estiolam na sua espessura fria. A grande defesa do homem é a que lhe oferece a oportunidade de julgar-se a si mesmo e às fôrças que o rodeiam, através de um espírito dotado da capacidade de elucidar e de querer.

O combate ao analfabetismo e, mais do que isto, a educação de base, são peças inadiáveis do desenvolvimento econômico da Amazônia.



5.º CAPÍTULO

LUTA PELA SAÚDE

O NÃO atendimento das questões de saúde pública constitui um dos mais vivos fatores denunciadores do atraso econômico da Amazônia. Por outro lado, uma população entregue à agressão das enfermidades e vivendo em meio desprovido dos recursos da higiene não chega a aspirar o progresso e estará incapacitada para implantá-lo.

O progresso é sempre a invenção de homens saudáveis, e por isso mesmo há progresso em diversos estágios, como há saúde em diferentes níveis.

Saúde não é apenas ausência de doença. Saúde é um bem que se aperfeiçoa.

Na Amazônia as condições em que vive a população são as mais precárias e a luta contra as doenças, e pela conquista de um mínimo de higiene para o ambiente, é ainda um objetivo a alcançar-se.

A conquista da saúde precisa ser encarada realisticamente na Amazônia e isso desde logo implica na confissão da necessidade de grandes verbas e no dever de fornecê-las com amplitude, urgência e permanência.

Essas verbas serão, necessariamente, em grande parte federais, devendo trazer a etiqueta: «intransferível». E serão aplicadas nos dois campos principais em que o problema se divide: nas medidas de saneamento básico e no combate às principais enfermidades presentes na região.

LIMITES DO SANEAMENTO BÁSICO

A precariedade das atuais condições de saúde na Amazônia obriga a reduzir-se a ambição e, mesmo, o âmbito clássico das medidas de saneamento básico, a três objetivos essenciais:

- 1.º) água canalizada;
- 2.º) privada higiênica;
- 3.º) habitação rebocada.

A implantação destes três objetivos — e eles são absolutamente indispensáveis à defesa realista da população e ao futuro econômico da Amazônia — absorverá verbas consideráveis, que no entanto terão de ser asseguradas à região.

A ÁGUA CANALIZADA

A canalização para abastecimento de água às populações urbanizadas é o passo inicial da conquista da saúde, nas cidades do vale amazônico.

Trata-se de um problema vasto, e que foi deixado historicamente no esquecimento: basta dizer-se que até

1942 só 5 municípios possuíam, na Amazônia, serviços públicos de água, um deles no Tocantins, na cidade de Baião. Daquela data até hoje, houve a criação de alguns outros, graças principalmente à ação do SESP e do DNERu. Essa situação não poderá continuar, é uma situação de crime contra a saúde pública. Torna-se necessário um grande esforço, em trabalho e dinheiro, no sentido de arrancar as populações do interior da Amazônia à condenação da água poluída. A SPVEA iniciou um esforço nesse sentido e começou a dotar 111 localidades de recursos com que paulatinamente fôssem instaladas os respectivos serviços de água. Mas até 1960 somente 23 desses serviços puderam ser completados, dado o desvio para outros fins das verbas destinadas a abastecimento de água e também graças ao atraso da União no pagamento das verbas devidas à SPVEA. Segundo o Dr. Amyntor Bastos, em 20 anos poderia ser terminado um programa de instalação de um serviço de água em cada uma das sedes municipais do interior da Amazônia. São 243 as sedes municipais a serem atingidas por essa aplicação de técnica, dinheiro e educação.

A captação de água do subsolo parece ser o modo econômico de criar os serviços, visando a canalização da água oferecida aos habitantes da Amazônia. A utilização de estações com instalações resumidas ao mínimo, e a entrega da operação de tais serviços a entidades autônomas, livres da influência política e da ostentação social, serão recursos capazes de facilitar o êxito do programa. E aqui, como em todos os outros as-

pectos da luta sanitária, deverá ser provocada a colaboração ativa das populações.

Um programa de saúde pública só começa a ter execução efetiva quando o primeiro habitante da comunidade consegue vencer a sua própria descrença e se dispõe a cooperar as autoridades governamentais.

A Saúde Pública, para ser realmente pública, tem de ser inicialmente criada e estimada na esfera individual. Ela é, muitas vezes, uma vitória sobre a incredulidade, a ignorância ou a displicência.

E na Amazônia, vasta região riquíssima de água, sempre varrida de chuvas abundantes a despejarem-se dos céus, e com uma população que nasce e vive à beira d'água, e que se habitua à presença física da água, sempre ali, amiga e inimiga, mãe madrastra, crescendo o rio, entrando-lhe pela casa, roubando-lhe o gado, levando-lhe a canoa de bubuia, fornecendo-lhe o banho no igarapé, e o com que matar a sede no côncavo das cuias ou das fôlhas gigantes, — há uma problemática psicológica que dificulta a criação e a manutenção pacífica de serviços de água. A descrença na água enxada... Virá sempre?... No rio nunca faltou... E para que hidrômetros?... Água é coisa que se pague, com tanta água por perto?... Uma cuidadosa atividade de educação sanitária deve marchar, na Amazônia, lado a lado com os engenheiros e médicos sanitaristas encarregados da instalação e manutenção dos serviços d'água no interior.

Mas a água, como já foi dito, não é tudo o que há a fazer-se para uma composição eficaz dos quadros de saúde na Amazônia.

OS DEJETOS E SEU DESTINO

As infecções intestinais, as doenças do grupo tífico e paratífico, e muitas outras, — não citando as verminoses, que infestam maciçamente as populações — são doenças que diminuirão drásticamente se, aos dejetos humanos, fôr dado destino conveniente. Este aspecto do problema sanitário amazônico exige a realização de um programa intensivo de construção de privadas higiênicas, de tipo extremamente reduzido, como propõe Amyntor Bastos: uma fossa sêca, um piso de cimento, e uma cobertura, programa no qual devem trabalhar, associados, o poder público — SPVEA, Departamento Estadual de Saúde, DNERu, Prefeituras Municipais — e a própria população.

Estima-se que um programa mínimo capaz de operar modificação benéfica nesse setor da higiene pública da Amazônia, teria de importar na construção de 500.000 privadas em outras tantas residências familiares. Para os 500.000 pisos serão necessários em torno de 150 milhões de cruzeiros, convindo realizar o programa em 5 anos, com o atendimento anual de cem mil famílias.

É claro que essa solução primária só convém ao interior e talvez a alguns bairros da periferia das Capitais.

Mas é necessário, também, pensar em dotar as Capitais dos Estados e dos Territórios de rêsdes de esgotos que assegurem a conveniente e completa re-

moção dos dejetos humanos nas Capitais que possuam uma população superior a 50.000 pessoas.

DEFESA SANITÁRIA DE BELÉM

Belém possui uma rede de esgotos incompleta e sem utilização conveniente: será necessário recuperá-la e completá-la, mesmo à custa de algum sacrifício financeiro, pois a condensação humana que ali se acentua deixa prever a possibilidade de graves problemas de saúde no futuro, se tais medidas agora não sejam tomadas. Sabe-se que 90 % dos focos de *Culex fatigans*, o terrível carapanã, transmissor da filariose, estão localizados em fossas abertas ou mal construídas, o que torna ainda mais necessária a construção da rede de esgotos de Belém. Ela está orçada em 400 milhões de cruzeiros e se continuar a ser construída na base de 4 milhões por ano, demorará 100 anos a construir-se...

Aliás, os problemas de saneamento básico de Belém estão a exigir algumas medidas de vulto e de urgência, destinadas não só ao bom destino dos dejetos humanos como também a coisas mais simples e mais fáceis: assegurar a drenagem das águas, manter limpas as valas e desobstruídos os igarapés da periferia da cidade, assegurar à água da chuva — que é de deposição quase diária — uma circulação que facilite a higiene geral das ruas e dos domicílios. Tais obras poderão ser assim enumeradas:

1. Complementação das obras do Igarapé das Almas, interrompidas há vários anos.

2. Complementação de obras de hidrografia na baixada da Almirante Tamandaré, nas quais o Ministério da Saúde, através do Departamento Nacional de Endemias Rurais, DNERu, tem executado boa tarefa.

3. Reconstrução do chamado dique de Belém, numa extensão de 6.600 metros, entre o Arsenal de Marinha e o Rio Tocunduba. E obras de envalamento, atêrro, ou desobstrução, nos afluentes e colaterais, a fim de garantir circulação fluente no valão central protegido pelo dique.

4. Retificação de parte do Igarapé do Una, do Igarapé do Galo, e do Igarapé da Henriqueta, inclusive limpeza e proteção do talude das margens.

Tais serviços, da maior importância, estão equacionados convenientemente pelos técnicos da região e segundo o Dr. Scaff, diretor local do DNERu, — que os tem estudado — serão capazes de assegurar o escoamento talvez de 50% das águas de chuva que caem, com grande freqüência, sôbre uma grande cidade sem esgotos e sem o simples encaminhamento de suas águas pluviais.

MELHOR HABITAÇÃO

A habitação rebocada compõe o terceiro grupo de medidas com que a saúde há de ingressar na Amazônia, para de fato modificar o seu destino.

A habitação na Amazônia, com exceção de alguns belos sobrados tradicionais e alguns novos edifícios plantados nas cidades menos desafortunadas, é ainda a mais primitiva morada que se possa encontrar no Brasil.

Muitas vezes, apenas um soalho exíguo e um teto de palha, nem paredes possui a habitação do caboclo amazônico. Nessa casa vive o homem sobre cujos ombros está a responsabilidade de colhêr, de pescar, de plantar, de comprar e de vender. Nesses barracões vegeta êle, o fator inicial das trocas econômicas, o mantenedor da atividade lucrativa, o povoador, o sustentáculo do trabalho. Abrigos tóscos e primários, que talvez nem merecessem o nome de casa, nêles também se escondem a doença e a tristeza, a desnutrição e a pobreza, e é tão escassa a expressão material da residência sem paredes que nela não podem ser aplicadas as técnicas de dedetização com que o progresso científico está melhorando a saúde do homem por tôda a parte. Às vezes essas casas são ainda mais tóscas que a maloca do índio.

Pois sobre essas primárias habitações construídas pelos habitantes do interior, e até nas outras, nas poucas habitações corretas das cidades, desceu um triste quadro de saúde, a perseguir e inferiorizar as nossas populações, grave em tôda a sua negra extensão. Nêle só se lobrigava, até 1961, uma exceção verdadeiramente animadora: o problema da malária, infelizmente agravado novamente nos dois últimos anos. O que estêve em vias de solução voltou a ser problema grave. Com o Sal Pinotti trabalhou-se para eliminar os resíduos dessa enfermidade, lá onde não poderia chegar o DDT.

Podr-se-ia falar num plano de melhoramento das moradias, poder-se-ia desenvolver um projeto de estímulo à boa casa popular na Amazônia.

Para WINSLOW, a higiene da habitação possui um duplo objetivo: «de um lado, proteger os ocupantes dessas residências contra o efeito das condições ambientes insalubres e contra os riscos de acidentes, e por outro lado colocá-los em um meio favorável ao desenvolvimento harmonioso de sua saúde física e mental».

As palavras do grande higienista moderno, e tão moderno que sempre vincula a higiene às condições de desenvolvimento social e econômico, teriam de sofrer uma adaptação formal à Amazônia, tão precária é a condição atual da habitação humana na região. Nas cidades do interior, a parede inacabada, o rebôco ausente. Nas áreas de beira-rio a parede, ela mesma ausente, a janela assim agigantada ao infinito e tomando todo o espaço da parede, das portas, do anteparo que protegeria contra o vento, contra o olhar impertinente ou hostil, contra a chuva agressiva, contra o animal agressivo e invasor.

NECESSIDADE DA COLABORAÇÃO POPULAR

Dentro daquela filosofia de saúde, a Amazônia também reclama um gesto: o de acordar-se o espírito dos seus habitantes para a má qualidade das casas onde vivem e fazer-se com que resolvam melhorá-la, com a ajuda parcial do Estado. A pouca densidade demográfica da área, e a dispersão em que se situam os seus agrupamentos humanos, às vezes afastados uns dos outros à distância de vários dias de viagem, facilitará essa tarefa, porque permitirá que ela seja feita diretamente junto a cada agrupamento e com a ambição

de modificar a totalidade das residências, sempre que isto seja possível.

Melhorada a casa, surge a necessidade de melhorar o estilo de viver. E para isso existem técnicas apropriadas e pessoal habilitado a fazer campanhas de melhoramento do lar: são as Visitadoras de Alimentação, formadas nas Escolas Regionais de Nutrição do SAPS, em Belo Horizonte e Fortaleza. Nesta última Escola, aquela autarquia tem formado visitadoras para as diferentes unidades da Amazônia e tais técnicas deveriam ser postas a trabalhar em sua especialidade, que é a economia doméstica. Na Bolívia, no Paraguai, no Equador e na Colômbia estão em desenvolvimento programas de «Mejoramiento del Hogar» e êsses países têm enviado àquelas Escolas, mças para treinamento, enquanto nós não utilizamos as nacionais aqui formadas...

O COMBATE ÀS DOENÇAS REGIONAIS

Ao lado das medidas gerais de saneamento que acabam de ser discutidas, situa-se outro dever urgente: o de incrementar o combate paralelo às doenças que assolam a região.

A malária

Já se fêz referência à malária. A Amazônia praticamente se livrara dêsse terrível flagelo, mas circunstâncias de ordem técnica, financeira e biológica trouxeram-no de nôvo, e com intensidade alarmante. Até 1960 a espécie do Plasmódio transmissor da doença era o

P. vivax, porém em 1962 houve a inversão dêsse importante dado: o *P. vivax* passou a ser responsável apenas por 12 % dos casos observados, ao passo que 87 % dêles passaram a ser provocados pelo *P. falciparum*, muito mais ativo e mortal, e que ainda por cima adquiriu resistência ao DDT. Houve em 1961, 62 e 63 violentos surtos epidêmicos de malária na Amazônia, com predominância absoluta de malária provocada pelo *P. falciparum*, o mais grave e virulento! Contudo nos últimos meses de 1963, revelou-se ligeiro decréscimo dessa prevalência. Urge, por isso mesmo, tornar mais ampla, e sem interrupções, a distribuição de drogas anti-maláricas e de inseticidas. E' necessário continuar o programa de distribuição do Sal Pinotti: a valia dêste processo nacional de luta anti-malárica parece provada, aqui na Amazônia, pelo não recrudescimento da doença em, 1959 e 1960, anos em que não se fêz dedetização domiciliar. Por falta de inseticidas o combate à malária na Amazônia naqueles dois anos, ficou sob a responsabilidade exclusiva do Sal Pinotti e as estatísticas não assinalaram avanço da doença.

A verdade é que a malária, de volta à Amazônia, representa hoje uma de suas graves manchas de doença, e mancha como de óleo, pois por tôda a área se estendeu, como um castigo inclemente à imprevidência e à tendência de fazer-se economia com os orçamentos de Saúde Pública. Nas épocas de crise econômica o último setor a ser mobilizado para cortes orçamentários, supressão de verbas e outras medidas de ordem financeira, deve ser o da saúde, pois muitas doenças, como a malária, propagam-se através de espécies animais que

possuem sua biologia característica, devendo ser combatidas a prazos certos, reproduzindo-se em determinados meses, multiplicando-se a prazos fixos, não podendo assim o combate a tais transmissores ficar na dependência do desejo dos contabilistas ou dos tesoureiros da Fazenda Pública. Os mosquitos não podem esperar pelos tesoureiros. A responsabilidade dos Ministros da Fazenda é tão grande, ou maior, que a dos Ministros da Saúde, na deterioração ou na manutenção dos quadros de certas doenças cuja profilaxia deve ser realizada em datas precisas, por imposição da biologia animal. O mosquito amazônico não tem podido esperar pelos tesoureiros e por isso a malária voltou, e de novo cobriu toda a área com a sua dominação maléfica. A Vigia e a Ponta de Pedras, cidades do litoral, como a Tefé e a Benjamin Constant, lá no fundo da planície, a malária voltou. Em Oiapoque e Boa Vista, cidades do extremo norte, assim como em Guajará-Mirim e Conceição de Araguaia, no extremo sul, novamente a malária está ceifando vidas, impedindo o trabalho produtivo, semeando a tristeza, o medo e a morte. Em 1962, no Estado do Pará, 15 municípios mostraram percentual de positividade de malária superior a 30% e entre eles o município da Capital, a bela Cidade de Belém. No Amazonas pode-se dizer que a situação é equivalente, e na Capital, Manaus, a positividade foi ainda mais acentuada: 39.8%. O progresso econômico do Amazonas está em risco: a positividade da malária voltou a ser alta justamente nos municípios amazonenses de maior expressão econômica: Parintins, Itacoatiara, Maués, Antazes, Nova Olinda do Norte, Tefé, Labréa.

Em 1963 a Campanha de Erradicação da Malária, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, DNERu, órgão do Ministério da Saúde, traçou os rumos de nova campanha saneadora. Para essa iniciativa pede-se a atenção de todos os dirigentes deste país, especialmente do Ministro da Fazenda, ao qual incumbe a elaboração dos Planos de Economia. Devem ser intocáveis as verbas destinadas à Saúde Pública.

A filariose

Belém é o segundo grande foco de filariose no Brasil. É verdade que a profilaxia medicamentosa pelo Hetrazan tem contribuído para a sua redução. Mas como vencê-la completamente sem boas rêdes de esgoto, sem galerias de águas pluviais abertas e desobstruídas? Já se disse que, mesmo nas Capitais, tais serventias estão ausentes. Para acabar com a filariose na Amazônia, os doentes deverão ser tratados medicamentosamente, mas isso não basta. É ainda necessário que todos, sãos e doentes, vivam rodeados de saneamento básico. O homem é o objetivo central da luta sanitária contra a filariose, por isso que o «Culex» conseguiu adquirir imunidade contra a ação dos inseticidas, o DDT e o Dieldrin, que em certo tempo foram usados com êxito contra esse mosquito transmissor.

A filariose representa, neste momento, o grande perigo sanitário de Belém, constituindo esse foco o único de importância epidemiológica em toda a Amazônia, segundo as conclusões de Orlando Costa.

O combate sistemático a essa endemia está sendo bem realizado pelo DNERu e com resultados evidentes. O exame do sangue noturno da população é feito rotineiramente e em 1960 foram colhidas 274.763 lâminas. O índice de positividade vem caindo: 19.9 em 1952; 13.6 em 1953; 9.5 em 1954; 12.3 em 1955; 8.9 em 1956; 8.5 em 1957; 6.9 em 1958; 5.4 em 1959; e apenas 3.9 em 1960. Vê-se, assim, que é um problema cuja vitória se aproxima. Faz-se necessário assegurar verbas com prioridade, e aumentá-las no sentido de possibilitar além dos exames de massa e do tratamento, a ampliação da luta anti-larvária e o impulso das atividades de educação sanitária.

Bouba e Pinta

Duas doenças existem, que aumentam as aflições do povo da Amazônia, no campo do que êle chama «as doenças da pele». Doenças que poderão vir a ser objetos de êxitos até maiores que os previstos para malária: a «bouba» e a «pinta» são essas duas trágicas enfermidades, cujo problema também está equacionado e poderá ter a sua resolução acelerada. Entre os milhares de ulcerados da «bouba», com as suas trágicas lesões gomosas de terceiro grau, e os milhares de enfermos de «pinta», vítimas da tragédia colorida das selvas, doença que se caracteriza por um grave comprometimento do sistema melano-pigmentário, existe a bandeira branca de uma injeção de penicilina que cura, mas que exige dinheiro e organização para sua aplicação. Já foi grandemente reduzida a «bouba». A

«pinta» deve ser combatida também com pertinácia pois — se houver verbas e organização — êsses dois flagelos poderão rapidamente contribuir para a clarificação da mancha de doença na Amazônia.

Leishmaniose

A abertura de novas estradas, especialmente a construção da rodovia Belém-Brasília, contribuiu e está contribuindo para o agravamento sanitário da região, com a difusão de uma doença tropical para cujo combate ainda não há nenhum programa profilático em funcionamento: a leishmaniose muco-cutânea.

No que diz respeito a essa doença, novas estradas significam novas propagações. Haverá um reservatório silvestre de seu agente causal? Êsse é um nôvo perigo sanitário que ainda não está sendo devidamente considerado na Amazônia. Não estão sendo eliminados programaticamente os focos identificados, nem tratados sistematicamente os doentes, com sais de antimônio, nem expurgados os domicílios, tendas e choças com o DDT. Se já assume aspecto sério, segundo Nery Guimarães, a expansão da leishmaniose muco-cutânea, felizmente são esporádicos os de leishmaniose visceral (calazar), como se houvesse nisso uma advertência ou uma ajuda que os podêres competentes não têm sabido convenientemente explorar.

Esquistossomose

Talvez o mais grave problema sanitário do Brasil seja a esquistossomose. Cinco milhões de brasileiros

estão inferiorizados por êste mal e a Amazônia estava até recentemente livre dêle. Contudo, já agora agrava-se o problema de saúde da região: foram constatados focos de esquistossomose na Amazônia, pelo menos no Baixo Amazonas, em Santarém, e na zona da Estrada de Ferro de Bragança.

No momento êsses focos não possuem expressão na nosologia local.

Terão sido, talvez, inicialmente, o fruto de migrações nordestinas oriundas de focos vivos das regiões de que eram originados os recém-chegados, mas já foram observados casos autóctones. E que terrível perigo potencial representam êstes focos amazônicos, sabendo-se da riqueza líquida da região, do entrelaçamento manso e consentido de terras e de águas, criando-se as condições propícias para a multiplicação dos caramujos, hospedeiros intermediários do agente transmissor da esquistossomose.

A extinção dos focos já conhecidos, tratando-se os doentes com a medicação adequada, e combatendo-se o «Planorbis» antes que êle se alastre pelos mil furos e igarapés, e águas paradas, é uma obrigação nova e grave que se impõe aos governos da região.

Impõe-se recursos amplos para que seja intensificado, já o combate ao foco de esquistossomose de Quatipurú, nos alagados do Município de Capanema, na área bragantina. O de Fordlandia está bem controlado, pois o DNERu pôde lá sediar um médico residente e pessoal auxiliar. E diga-se que a espécie de caramujo não é a mesma, pois na Fordlandia, Santarém,

as águas são infectadas pelo *Planorbis centimetralis*, mais fácil de combater, ao passo que no foco ainda vivo, e perigosamente vivo, da área bragantina, a espécie responsável é o *P. glabratus*, mais resistente e a exigir doses mais intensas e continuadas de planorbicidas.

Doença de Chagas

Felizmente a «doença de Chagas» não possui expressão no quadro nosológico regional, embora nas florestas existam animais reservatórios e transmissores do *Tripanosoma Cruzi*.

Tuberculose e lepra

Em compensação, sinistra compensação, duas grandes e mutiladoras sombras não abandonam o território amazônico, ou pelo menos não são derrotadas como no resto do país vem acontecendo: a tuberculose e a lepra continuam, hoje como ontem, poderosos inimigos do homem amazônico.

A tuberculose, doença social, ainda se mantém com incidência de níveis elevados. A abreugrafia denunciadora, a becegenação salvadora e a Hidrazida e demais drogas curativas, ainda não puderam fazer baixar satisfatoriamente os altos índices de mortalidade pela tuberculose na Amazônia. Tais níveis permanecem quase sem alteração, porque o pauperismo, a miséria do povo, a precariedade da alimentação, a ausência de higiene, os recursos econômicos da área, igualmente permanecem quase sem alteração.

Em Manaus, os índices de tuberculose estiveram em crescimento, de 1944 a 1949, período no qual o coeficiente de mortalidade pela tuberculose, por 100.000 habitantes, elevou-se de 199 a 295. Em Belém, pelo contrário, parece decrescer, pelo menos em 1942 o índice de mortalidade era de 495, em 1952 foi de 218, em 1954 foi de 154. Espera-se que nos últimos anos, para os quais não foi possível obter dados estatísticos, sejam ainda menores os números de Belém e, mesmo, os de Manaus. Mas a agressão da doença às populações amazônicas é grave. E a Amazônia está terrivelmente desaparelhada: em Manaus existem apenas 100 leitos para tuberculosos, e 200, em Belém! No entanto, os dois Sanatórios dessas Capitais mantêm muitas enfermarias fechadas, por falta de verbas, e conseqüentemente 332 leitos para tuberculosos deixam de ser usados em Manaus e 750 em Belém, apesar dos seus sanatórios possuírem capacidade para tanto! No Acre só há 12 leitos para tuberculosos, 14 no Amapá.

E também continua a Amazônia a ser um dos maiores focos de lepra no país.

Os benefícios da moderna técnica profilática ali bem pouco se fizeram sentir. O tratamento dispensarial e domiciliário pelas sulfonas, e a exigência do diagnóstico precoce, não têm podido ser cumprida convenientemente.

No entanto, que espera o Brasil? Os mais elevados índices de prevalência da lepra encontram-se precisamente na Amazônia. Que espera o Brasil? Na Amazônia eis a trágica situação: em cada 1.000 habitantes

existem 5 doentes de lepra, no Amazonas; 3, no Pará; 10, no Acre; 2, no Território do Rio Branco; 7, no Território de Rondônia. No entanto, só existem 2 leprosários no Pará, 2 no Amazonas, 2 no Estado do Acre. No Território de Rondônia, 1. E nenhum nos Territórios do Amapá e Rio Branco. Que espera o Brasil?

Tristes derrotas, estas. E tristes derrotas sociais.

Os sanitaristas da Amazônia, e todo o pessoal que lá herôicamente trabalha em saúde, deve sofrer estas derrotas de um modo especial, porque êles compõem um grupo técnico dotado de alta capacidade científica, oferecendo continuamente provas de progresso e de modernização incessante dos seus conhecimentos, dotado de uma grande capacidade de trabalho e de um entranhado amor à região. Mas que poderão fazer os técnicos, ante estas duas enfermidades, em face da escassez geral de recursos, das dificuldades criadas pelas longas distâncias, pela falta de transporte, fatores que agravam ao infinito o bom trabalho sanitário regional, e também em face da cristalização sinistra das precárias condições de vida? Saúde e Desenvolvimento econômico são dois termos da mesma equação. Em verdade não há saúde onde há miséria. A erradicação a fazer é a da miséria e sobre o mesmo solo será outro o destino biológico das criaturas.

Hospitais e assistência médica direta

Além dos problemas sanitários já citados, é necessário fixar o da assistência médica direta, recurso de medicina curativa não recomendado nos países alta-

mente desenvolvidos, mas que ainda constitui, na Amazônia, um tipo necessário de ação sanitária pública.

Cada país tem a higiene do seu momento histórico. Nas condições atuais de atraso social e econômico da Amazônia, a assistência médica através de Hospitais e de Postos de Saúde, para medicina curativa, além das atividades da higiene preventiva, continua a ser um recurso válido para a valorização da saúde e o combate aos quadros de doença, principalmente no interior.

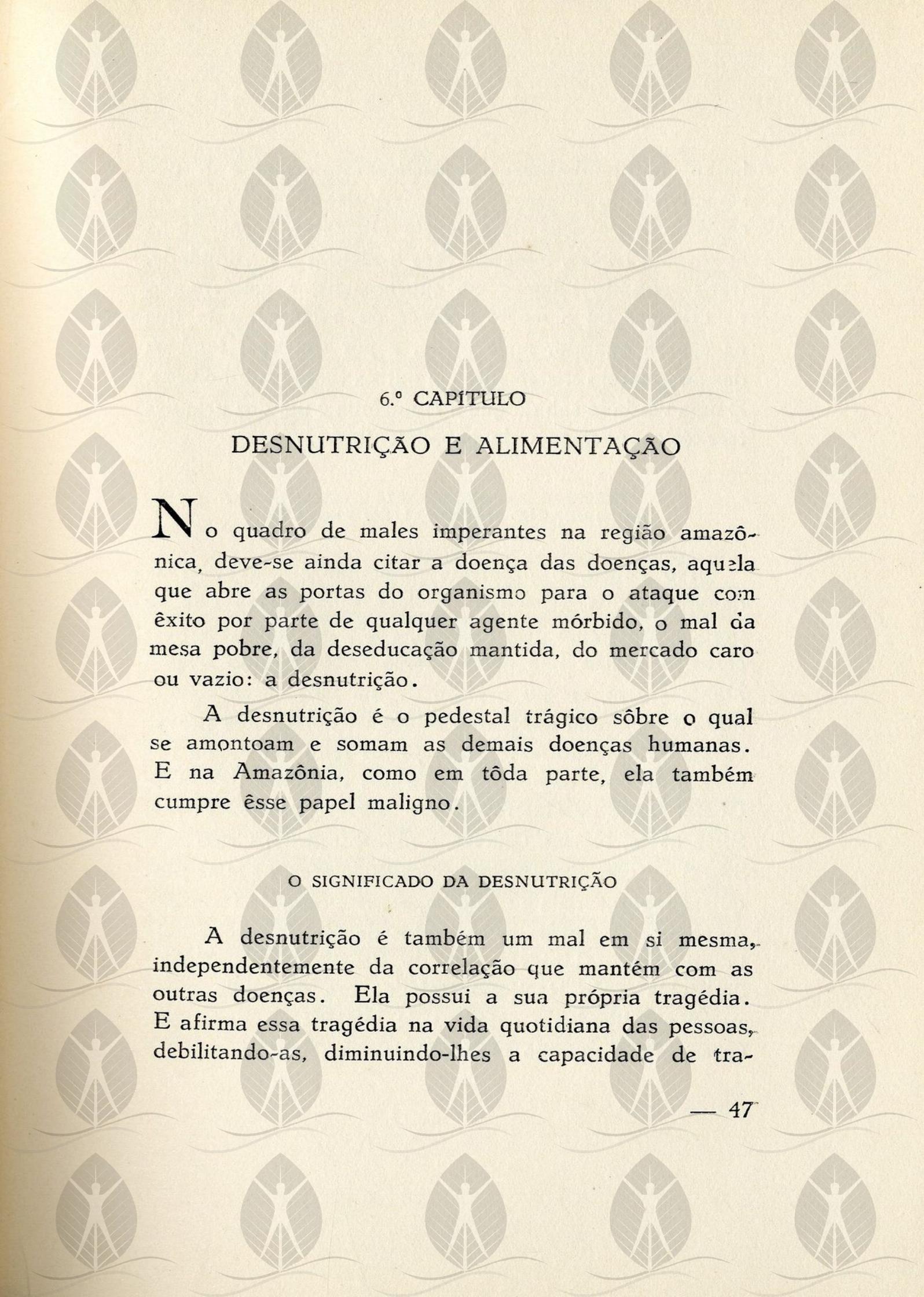
As autoridades que, no passado, mantiveram uma atitude excessivamente ortodoxa no tocante à filosofia da saúde pública, crendo-a apenas preventiva, erraram na filosofia e falharam na prática. Hoje não só o SESP como a SPVEA possuem excelente experiência, demonstrativa da necessidade de localizar hospitais e Postos de Saúde em cidades do interior e em agrupamentos populacionais mais consistentes.

A relação clássica, certa nos países desenvolvidos, de 10 leitos para 1.000 pessoas, razão tida como necessária para assegurar bons níveis de assistência médica a uma comunidade, constitui um objetivo evidentemente fantástico, na Amazônia. Nesta área teremos que reduzir essa exigência, como o faz o Dr. Amyntor Bastos, da SPVEA, em precioso e correto relatório, para a razão de 1 leito para cada 1.000 habitantes. E hospitais pequenos, pobres, de 25 leitos cada um. Em 10 anos de um programa contíguo seriam construídos 30 hospitais com 800 leitos assim distribuídos em toda a Amazônia: 250 leitos no Pará, 350 no Maranhão, 150 no Amazonas e 50 em Goiás, que esta é a proposta

do referido técnico. Esses 800 leitos iriam se juntar aos 700 já existentes, até 1958, e em grande maioria funcionando de modo precário, em hospitais precaríssimos, que eram apenas 27, em toda a região amazônica, naquele ano. Essa previsão não inclui as Capitais, tão somente as comunidades do interior.

Mas a dolorosa realidade é que só existem, em toda a Amazônia, 73 estabelecimentos hospitalares, incluindo os sete leprosários e os dois sanatórios para tuberculosos, já citados. Mas estão distribuídos esses hospitais de tal modo que 41 deles situam-se nas seis Capitais e apenas 32 estão localizados em todas as outras cidades e vilas do interior dos 2 Estados e 5 Territórios que compõem a Amazônia. Atualmente cabe menos de meio leito para cada 1.000 habitantes da Amazônia.

É óbvio que a atividade de assistência médica teria de ser completada pelo Posto de Higiene, funcionando como unidade sanitária polivalente e capaz de abrigar, defender, proteger e curar o caboclo, qualquer que fosse a espécie de atendimento necessário. Amyntor Bastos sugere que a Amazônia necessita de 114 unidades sanitárias, de estruturas diferentes conforme a expressão demográfica da comunidade a que se destinem.



6.º CAPÍTULO

DESNUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO

No quadro de males imperantes na região amazônica, deve-se ainda citar a doença das doenças, aquela que abre as portas do organismo para o ataque com êxito por parte de qualquer agente mórbido, o mal da mesa pobre, da deseducação mantida, do mercado caro ou vazio: a desnutrição.

A desnutrição é o pedestal trágico sôbre o qual se amontoam e somam as demais doenças humanas. E na Amazônia, como em tôda parte, ela também cumpre êsse papel maligno.

O SIGNIFICADO DA DESNUTRIÇÃO

A desnutrição é também um mal em si mesma, independentemente da correlação que mantém com as outras doenças. Ela possui a sua própria tragédia. E afirma essa tragédia na vida quotidiana das pessoas, debilitando-as, diminuindo-lhes a capacidade de tra-

balho, mutilando-lhes o crescimento normal e o desenvolvimento harmonioso, inferiorizando-as com as específicas doenças de carência alimentar, tornando-as apáticas e tristes, matando-lhes a alegria e a vitalidade, transformando homens em sub-homens, e condenando as crianças ou à morte precoce ou à lenta morte que as espera quando, mais tarde, e por sua vez, também desabrocharem tristemente em outros tantos sub-homens. É uma verdade sabida que a Amazônia é um dos grandes territórios nacionais de subalimentação.

SIGNIFICAÇÃO NACIONAL DO PROBLEMA

No Brasil, o problema alimentar é grave. Das denúncias dos primeiros médicos e cientistas que se preocuparam com este assunto, entre os quais três nascidos na região amazônica, Gama Lobo, Araujo Lima e Dante Costa, surgiu a visão de um país extensamente mutilado em sua expressão biológica pelas mais graves carências alimentares. Algo já foi feito em escala nacional, na base das denúncias e dos trabalhos de Dante Costa, Josué de Castro, Castro Barreto, Helion Póvoa, Silva Melo, Nelson Chaves, e alguns outros: Criou-se o SAPS — com seus restaurantes populares, as suas pesquisas laboratoriais e a sua importante obra de formação de técnicos. Surgiram Institutos de Nutrição, que hoje já possuem a Universidade do Brasil, de São Paulo, da Bahia e do Recife, instalados ora de modo autônomo ora ligados a cátedras de Higiene ou Fisiologia. Criou-se a Comissão Nacional de Alimentação, que até

já realizou um inquérito alimentar na Amazônia. Criou-se a Comissão Nacional da FAO, no Palácio Itamaraty, para o estudo e o desenvolvimento das ações no plano internacional ou no país, com a ajuda dessa agência das Nações Unidas. Mas se houve algum progresso, se popularizaram-se algumas noções capazes de melhorar o consumo de certos alimentos úteis, a verdade é que o grave problema ainda existe. É problema cuja resolução final exige o concurso de mais de uma geração, no Brasil.

O PROBLEMA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA

Na Amazônia o problema alimentar surge em situação extremamente dramática, se bem que algumas avaliações indiquem atenuação de certas deficiências pelo consumo de farinha de mandioca, de peixes, e de frutos silvestres.

A farinha d'água funciona como suporte calórico, cobrindo em algumas áreas — como nas estudadas pela Comissão Nacional de Alimentação — 91 % das necessidades em calorias, o que desde logo deixa patente um indesejável desequilíbrio dietético. Além de desequilíbrio, existem indícios de insuficiência calórica. A região é despovoada. A produção local de calorias, porisso mesmo, escassa. No entanto, mais de 5 milhões e meio de calorias deverão ser fornecidos diariamente à população de toda a Amazônia, mas os fornecimentos reais — de alimentos produzidos localmente, ou importados — estão longe de cobrir esse nível energético.

Projetei a população da Amazônia para 1960, tomando como base os dados do censo de 1950. Levando em consideração quatro diferentes grupos de idade e o pêso-tipo aproximado da população-tipo em cada idade, bem como a temperatura média, da região, foi possível — aplicando o Ábaco Dante Costa — Miranda Neto, para predição das necessidades calóricas de populações humanas — fixar em 5 593 300 000 calorias, por dia, o necessário para cobrir o desgaste de energia dos habitantes da Amazônia. No quadro n.º 1 ver-se-á em detalhe, o volume da necessidade calórica, pela primeira vez calculada para a área.

QUADRO N.º 1

NECESSIDADES CALÓRICAS DIÁRIAS NA AMAZÔNIA

| GRUPOS DE IDADES | PESOS-TIPO (Kg) | POPULAÇÃO (1960) | CALORIAS PER/CAPITA | CALORIAS TOTAIS |
|--------------------|-----------------|------------------|---------------------|-----------------|
| 0/9..... | 17 | 792.000 | 1.450 | 1.148.400.000 |
| 10/19..... | 39 | 585.000 | 2.100 | 1.228.500.000 |
| 20/59..... | 65 | 1.089.000 | 2.800 | 3.049.200.000 |
| 60/80..... | 60 | 94.000 | 1.800 | 169.200.000 |
| TOTAIS GERAIS..... | — | 2.560.000 | — | 5.593.300.000 |

A população foi projetada para 1960 a partir dos dados do censo de 1950. Temperatura média da área: 27° C. Para os diferentes grupos de idade foram, respectivamente, consideradas as idades de 9, 19, 30 e 70 anos; como idades-tipo, para a aplicação do Ábaco Dante Costa-Miranda Neto.

O peixe defenderia as populações da carência proteínica e são até otimistas as conclusões da Comissão Nacional de Alimentação, se bem que devam ser tomadas com alguma reserva: ao realizar-se o cálculo do

consumo protéico não foi o fator usado como necessário, nem se faz referência ao ajustamento do cálculo às necessidades infantis presentes na população recenseada. O grupo populacional estudado pela C.N.A. era composto de 1/3 de escolares e 2/3 de adultos, mas ao passo que as exigências protéicas dos adultos situam-se em termos de 1 g., a das crianças são três vezes maiores, variam de 1,5 a 3 gramas por quilo de peso e por dia.

Desejando fixar também quais as necessidades protéicas da Amazônia, para o total da população de 1960, encontrei o total anual de 52 280.0 toneladas de proteínas totais, das quais em torno de 26 015.3 toneladas anuais deverão ser de proteínas animais, proteínas nobres, derivadas das carnes, do peixe, do leite, dos ovos. O quadro nº 2 oferece as necessidades diárias em proteína, da população amazônica, nas diferentes idades. Oferece, inclusive, o *per-capita* diário.

QUADRO N.º 2

NECESSIDADES PROTÉICAS DIÁRIAS, NA AMAZÔNIA

| GRUPOS DE IDADES | PESOS-TIPO (Kg) | POPULAÇÃO (1960) | PROTEÍNAS (g/PER-CAPITA) | PROTEÍNAS TOTAIS (Kg) |
|--------------------|--------------------|---------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 0/9..... | 17 | 792 000 | 34.40 | 29.620.8 |
| 10/19..... | 39 | 585.000 | 62.40 | 36.504.0 |
| 20/59..... | 65 | 1.089.000 | 65.00 | 70.785.0 |
| 60/+ 60..... | 60 | 94.000 | 60.00 | 5.640.0 |
| TOTAIS GERAIS..... | — | 2.560.000 | — | 142.549.8 |

A população foi projetada para 1960 a partir dos dados do censo de 1950. Para as crianças de baixa idade foi tomado o per-capita de 2.022 g/por quilo; para as crianças maiores e adolescentes, 1.60g/por quilo; para os adultos e velhos, 1g/Kg.

O consumo de frutas silvestres seria responsável pelos resultados não perigosos encontrados para certas carências vitamínicas. Pois mesmo nesse estudo que, — em que pese a alta autoridade da C.N.A., — deverá ser considerado como um ponto de partida para o conhecimento real da situação alimentar amazônica, e um espelho das dificuldades em levantá-lo, mesmo nesse estudo está a fixação do baixíssimo consumo de leite (39 mililitros por dia), o consumo raro de verduras e legumes, o baixo consumo de óleos e gorduras, tudo isto em uma população que se situa em termos tristes quanto à lei de Engel: em Acará as despesas com alimentação consomem 98,8 % da renda familiar, havendo grupos familiares, em Maués, nos quais a taxa de despesa com alimentação sobe, espantosamente, a 136,3 % da renda familiar.

Pode-se afirmar, contudo, que a diversidade dos núcleos populacionais, — entre os quais figuram desde o agrupamento de 500.000 pessoas, numa grande cidade atlântica, até o grupo isolado e silencioso do ribeirão, com seus Curumis e Cunhãs, e as distâncias quilométricas entre tantos núcleos ou tentativas isoladas de fixação populacional, — estão a indicar a necessidade de estudos ainda analíticos, e não de síntese, sobre os tipos de alimentação mantidos pela população da Amazônia.

De um modo geral há uma insuficiente oferta de alimentos. Nas cidades, o alto preço e o atraso tecnológico e industrial torna-os inacessíveis à grande maioria das populações, especialmente aos grupos mais vulneráveis, os trabalhadores, as gestantes e as crianças.

Em certas áreas, até os peixes têm fome. E crescem pouco. É o que sucede no Lago Arari, na Ilha de Marajó. Os peixes do Lago Arari são de pequeno talhe e pensava-se que isto ocorresse por excesso de pesca, que os atingiria e recolheria antes de terem completado o seu desenvolvimento. Hoje sabe-se que a causa é outra: é fome. O que existe é superpovoamento de peixes no lago, que recebe os peixes de toda a área alagada e ali os concentra. O alimento existente no lago não dá para todos os peixes e por isso eles não crescem normalmente, ficam pequenos e curtos mesmo se comparados com peixes da mesma espécie vivendo em outras águas da Amazônia.

Nos povoados e nas solidões do interior, no recesso da mata ou à margem dos rios, a falta de estímulo à atividade caseira, a escassez de moeda e a ignorância, condicionaram também para as ralas populações humanas, uma situação de insuficiência alimentar evidente a qualquer observação.

As necessidades alimentares de uma população poderão ser medidas em termos de calorias e de adequado suprimento de certos princípios nutritivos — proteínas, gorduras, hidratos de carbono, minerais e vitaminas. Os alimentos transportadores desses princípios nutritivos hão de ser apetecíveis e baratos. E hão de estar facilmente disponíveis. A situação alimentar da Amazônia, em face dessa formulação, apresenta graves lacunas e erros, e está à espera de soluções que, nem todas, são difíceis de estabelecer.

SOLUÇÕES ADEQUADAS AO PROBLEMA ALIMENTAR DA AMAZÔNIA

As soluções de caráter mais urgente de que carece a resolução do problema alimentar na Amazônia, desde logo deverão ser classificadas em três grupos:

- a) soluções em termos de emergência;
- b) soluções a curto prazo;
- c) soluções a longo prazo.

Medidas de emergência

São as seguintes as medidas com caráter de emergência adequadas a suavizar a atual situação da alimentação na Amazônia:

1.^a) A intensificação da assistência alimentar direta, visando aos diferentes grupos vulneráveis da população. Até aqui só vêm sendo atendidas as crianças e as mães, as primeiras através da Campanha Nacional de Merenda Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, as segundas através dos Portos de Saúde e dos Centros de Puericultura. Convém acentuar as dotações para aumentar tal tipo de assistência e, ao mesmo tempo, iniciar a assistência alimentar direta aos trabalhadores, assistindo-os através de Restaurantes Populares do SAPS, instalados em regiões onde haja concentração de trabalho que justifique a sua criação.

2.^a) Medidas de estímulo à pesca e à industrialização do peixe. O peixe é um recurso alimentar de mobilização extremamente fácil e rápida no quadro geral das medidas de abastecimento.

Medidas a curto prazo

As medidas a curto prazo que a gravidade do problema alimentar na Amazônia aconselha, são as seguintes:

- 1.^a) Fomento às hortas caseiras e escolares.
- 2.^a) Produção racional de aves e de ovos.
- 3.^a) Estímulo à produção de leite e manteiga.
- 4.^a) Estímulo à formação de colônias agrícolas para a produção de cereais e legumes.

Medidas a longo prazo

As medidas a longo prazo, que também exige a resolução da questão alimentar na Amazônia, incluem as iniciativas de ordem geral, capazes de beneficiar de modo indireto a alimentação popular e ao progresso de toda a zona: colonização, fomento agrícola extenso, novas condições de trabalho e salário nos castanhais e seringais, divisão dos latifúndios, imigração, assistência

técnica e educacional, um novo sistema de propriedade da terra, transporte, industrialização.

A necessidade dos inquéritos alimentares

A adoção, desde logo, das medidas de emergência, e o início da implantação de projetos específicos de trabalho visando as medidas a curto e longo prazo, não devem obstar a que se busque um conhecimento mais aprofundado da real situação alimentar da família amazônica. Assim, e concomitantemente, deverão ser realizados inquéritos de consumo de alimentos, para o que se utilizarão as modernas técnicas de pesagem direta do alimento consumido em casa, internacionalmente aceitas. Já existe pessoal técnico nacional preparado para esse tipo de inquérito, na Escola Central de Nutrição do SAPS.

Por outro lado, deverão ser feitas gestões a fim de que a área amazônica possa beneficiar-se das iniciativas do FISI, para extensos programas de educação alimentar, realizados com a ajuda financeira das Nações Unidas, tal como o que neste momento tem início no Nordeste brasileiro.

A importância da pesca

Convirá, agora, contemplar com mais detalhe alguns desses pontos básicos da luta contra a desnutrição na Amazônia.

O problema da pesca logo se impõe. Êle deve ser considerado como de capital importância.

Já foi dito e aqui se repete: o peixe é o substituto natural da carne na Amazônia. Além disso, o peixe é a fonte de proteína animal mais rapidamente mobilizável pelo homem.

Os governos poderão rapidamente oferecer proteína de peixe ao povo, pois êsse recurso natural se presta mais que qualquer outro para campanhas de abastecimento a curto prazo.

Na Amazônia — para retirar-se das atividades pesqueiras tôda a utilidade biológica, econômica e social —, deverão ser consideradas medidas práticas que visem a:

- 1º) melhorar os instrumentos de pesca;
- 2º) melhorar os processos de pesca e de industrialização do pescado;
- 3º) aumentar a disponibilidade de sal na região, a preço conveniente;
- 4º) garantir abastecimento de peixe frêsko às cidades mais importantes;
- 5.º) garantir o abastecimento de peixe sêco às populações da retro-terra;
- 6º) crédito e apoio financeiro para atividades específicas;
- 7º) atividades educacionais e de organização popular.

Para êsses objetivos, organismos como a SPVEA, a Diretoria de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura e vários outros estão naturalmente indicados para um trabalho conjunto e objetivo.

Linhas, rêdes e cooperativas — O instrumental de pesca do pescador amazônico é obsoleto, de curta extensão são as suas rêdes e linhas, e feitas de material ràpidamente perecível. É indispensável a introdução do uso de fibras químicas, imputrecíveis, o que se conseguirá com o «nylon» de fabricação nacional e a adoção de rêdes tecidas à máquina. Uma política de organização de cooperativas de pesca nas áreas em que há maior número de pescadores profissionais serviria para êsse fim, além de todos os outros que advêm do auxílio mútuo oferecido a trabalhadores que lutam, atualmente, em completo isolamento.

Escola para pescadores — Para melhorar o processo de pesca, e de industrialização do pescado, haveria que impulsionar os trabalhos da Escola de Pescadores já localizada no Território do Amapá, em Brique, nas Ilhas de Bailique, transformando-a num verdadeiro centro de aperfeiçoamento de pesca para tôda a região Amazônica. E a fim de melhorar as técnicas de industrialização seria conveniente a instalação de Mercados Fluviais de Peixe, dotados não só de instalações para o comércio, como de unidades de industrialização.

Pouco sal, e caro — Um grande problema prejudica de modo central as atividades de industrialização e fornecimento de peixe na Amazônia: a pouca disponibilidade de sal e o alto preço dêsse recurso mineral. É indispensável a colaboração do Instituto Na-

cional do Sal, inclusive através de medida excepcional oriunda do poder público federal: a venda do sal com uma redução de 50 % nos preços oficiais, para o pescador da Amazônia, pelo menos durante 10 anos, compensando-se o I.N.S. através de mecanismo a ser estudado.

O pescador amazônico quase não salga o seu peixe, apenas esfrega-o com sal, o que prejudica o aspecto, a durabilidade, o valor econômico do seu trabalho e a extensão social da sua atividade. Um só exemplo elucidará: para obter-se a salga do Pirarucú, ou do Dourado, em boas condições técnicas, exige-se o uso de um quilo de sal para três quilos de peixe, ao passo que o caboclo da Amazônia procura poupar o sal, e com um quilo salga, ou pensa que salga, de 10 a 16 quilos de peixe! A perda do produto assim manipulado é extensa, não menos do que 30 %, o que causa o encarecimento do alimento básico da região.

Mercados Fluviais de Peixe — A garantia de abastecimento contínuo de peixe frêsko às cidades mais importantes, e de peixe sêco às comunidades da retroterra, recomenda a criação de pelo menos oito Mercados Fluviais de Peixe na Amazônia. Mercados de construção simples, maiores apenas os localizados em Belém e Manaus. E mais reduzidos os de localidades situadas em regiões pesqueiras, como o Rio Purús, a Cidade de Tefé, na foz do Japurá, a Cidade de Santarém, a Cidade de Baião, a de Macapá, e um ponto na Ilha de Marajó.

Tais mercados se afastariam do conceito apenas comercial dos estabelecimentos que tradicionalmente recebem êste nome. Seriam mercados de organização

mais complexa, instituições de tipos diferentes que se aproveitariam da popularização simpática que cerca, em geral, os mercados que se anunciam. Êstes não conteriam apenas as instalações comerciais para venda do peixe frêsko, mas também seções de industrialização do peixe, inclusive uma fábrica reduzida de farinha de peixe — para aproveitamento das espécies comercialmente desprezíveis — e, òbviamente, fábrica de gêlo. Cada um dêsses mercados seria dotado dos meios necessários ao transporte do tipo de peixe destinado ao abastecimento da área em que estivesse situado. E também possuiria uma seção para venda de peixe sêco. A fábrica de farinha de peixe, — e existem aparelhos de operação reduzida, que trazem numa só instalação os lugares para fervura, prensagem, moagem e secagem da farinha — poderia ser, em alguns casos, montada num barco, e êste poderia servir a dois mercados, transportando-se regularmente a um e outro, em determinadas épocas do ano.

Os Mercados Fluviais de Peixe de Belém e Manaus deveriam ser constituídos inicialmente e receberem, para treinamento, grupos de pescadores dos outros mercados, inclusive dos que ainda pudessem vir a ser criados nas demais áreas ricas de peixe, como o Rio Trombetas, o Alto Tapajós, etc.

Necessidade de crédito para ajuda a investidores

Adequadas facilidades de crédito deverão ser fornecidas, pelos órgãos apropriados, aos bons investidores que se propuzerem a incrementar atividades de pesca na Amazônia, principalmente para indústrias de pesca,

construção de silos para peixe, instalação de fábricas de gelo e de fábricas de farinha de peixe ou a melhoramentos técnicos necessários a emprêsas dos tipos citados, julgadas merecedoras de amparo financeiro. Investir na Amazônia é ato de coragem que não tem sido praticado por muitos. Por isso é dever ajudar os que desejam realizar obra pioneira, séria e tècnica-mente viável.

A indústria da pesca de mar também poderia ser considerada, desde que igualmente planejada ou construída com rigor técnico e condições de viabilidade. Neste sentido podem ser citadas, nas costas do Pará, cidades como Marapanim e Maracanã, sendo que nesta última, a 190 km ao norte de Belém, existem, sem função, instalações que conviria operar, levando-se em consideração a importância que ali possa ter a pesca da costa marítima ou a de alto-mar, ou mesmo o preparo de conservas enlatadas, sendo necessário que desde logo se assegurem às populações de pescadores locais a participação no empreendimento, não apenas em termos de oportunidades de trabalho, mas em termos de participação nos benefícios, através da organização de cooperativa local que se associe financeiramente ao empreendimento com recursos que lhe sejam dados por financiadores governamentais.

A importação de bacalhau verde

Uma hipótese já tem sido aventada: a da organização da pesca do bacalhau no Lavrador com barcos amazônicos; conviria estudar o que há de fantasia nessa idéia ou o que ela possua de efetivamente certo. Mas

uma outra hipótese, relacionada com o bacalhau, é não apenas possível como desejável: a importação de bacalhau verde pelo Brasil e a sua secagem e industrialização na Amazônia, com barateamento do produto e forte economia de divisas.

O bacalhau, como o petróleo, também pode ser importado cru, para ser beneficiado no país, tal como faz Portugal há muito tempo, adquirindo anualmente da Islândia 300.000 quintais do chamado bacalhau verde e entregando-o aos secadores nacionais, com o que mantém permanentemente o bacalhau sêco nos seus mercados.

Pirarucu e Peixe-boi

O incentivo à indústria do Pirarucu salgado e também à salga e conserva do Peixe-boi são duas outras medidas a considerar não só porque se trata de espécie alimentares a que a população já está afetivamente ligada, como também porque poderiam esperar — principalmente quanto ao Pirarucu — uma feliz expansão comercial fora da Amazônia, com a conquista de mercados no Nordeste e no Sul, afeitos ao uso do bacalhau europeu e que poderiam estar disponíveis para o peixe amazônico, de aspecto melhor, consistência mais branda e sabor altamente apreciável.

Educação alimentar

Essas medidas, para cuja concretização há bibliografia e técnicos brasileiros e estrangeiros capazes, necessitarão, para a ultimação de suas con-

seqüências finais, de um trabalho educacional junto às populações no sentido de fazê-las conhecer as boas maneiras de lidar com o peixe em casa e de prepará-lo convenientemente. Atividades de educação alimentar, para as quais as Visitadoras de Alimentação do SAPS poderiam ser convocadas, bem como Nutricionistas também do SAPS e de outras instituições, deverão ser organizadas junto aos centros de produção e abastecimento de peixe que se fôssem abrindo ao longo dos rios da Amazônia, ou em sua faixa costeira marítima.

Com tais medidas, o fornecimento e o consumo de peixe seriam altamente beneficiados, acarretando o melhoramento da saúde das populações por melhor alimentação ao alcance delas. Um rápido progresso nutricional poderá ser obtido na Amazônia com algumas iniciativas de ordem governamental ou privada que tenham o peixe como centro de trabalho.

PRODUÇÃO DE CARNE

A produção de carne é outra importante tarefa a cumprir, num programa de melhor alimentação para a Amazônia. De um lado há que atender tècnica-mente os lugares de maior concentração bovina, Marajó e Rio Branco. De outro lado, tratar de implantar a produção de carne em cidades como Quatipurú, Vigia, São Caetano, Marapanim, Timboteua.

A criação de búfalos é expediente também a usar para o fornecimento de carne mais abundante e mais barata. Às vêzes a produção de carne, no búfalo,

atinge a 600 quilos. Além da Ilha de Marajó, existem outros lugares onde seria conveniente incrementar a criação de búfalo: Santarém, e áreas do Xingú. A carne de búfalo poderá ser consumida não só em natureza, como também salgada. Por que não comer jabá de búfalo de Marajó? Eis um tipo de indústria alimentar a ser implantada na Amazônia.

O CONHECIMENTO DA NATUREZA QUÍMICA DOS SOLOS

Um problema está intimamente ligado à criação de animais: o do conhecimento químico do solo. E não só a criação de animais como também o êxito nas lavouras, a vitória nas plantações de legumes e verduras, tão necessárias à região. O Instituto Agrônomo do Norte já está fazendo êsse levantamento de solos e um «Guia Preliminar para Classificação do solo do Vale do Baixo Amazonas», elaborado pelo Dr. T. H. Day, especialista da Missão FAO-UNESCO, foi recentemente publicado pela SPVEA. Por êsses primeiros resultados há tôda uma política de fertilizantes a ser operada na Amazônia pois «em geral, pode-se dizer que, exceto pela baixa fertilidade, os solos da maior parte da Amazônia são, pelo menos, regularmente bem adaptados à produção de colheita». Mas, «como a fertilidade do solo pode ser comprada em sacos, na forma de fertilizantes», é claro que as terras da região deverão ser tratadas de modo a que em suas faixas mais habitadas se desenvolva a criação de gado e o plantio de verduras e legumes, necessários uns e outros à completitude das dietas populares. Não se diga que o caboclo amazônico está condenado a não

comer verdura, para todo o sempre. A experiência de Gurupá é de um contundente valor. Durante a guerra, em 1942, ali foi realizada intensa campanha educacional, e de fomento, para a disseminação de hortas caseiras, trabalhando-se junto aos lares e junto às escolas. Foram feitas, quando necessário, hortas em canteiros elevados para defesa contra águas. A população foi interessada no programa e operou-se uma salutar modificação nos hábitos alimentares dos habitantes, que até hoje mantêm as suas hortas, tendo-se transformado em bons comedores de hortaliças.

O LEITE

O leite não é apenas o melhor alimento pôsto pela Natureza à disposição do homem. É também uma medidas de civilização, pelo que representam, de organização e esforço progressista, a sua produção, a sua higienização e o seu comércio.

O leite é fonte de proteínas de alto valor biológico, uma das quais pode ser facilmente concentrada na forma de queijos.

É também fonte excepcional de cálcio, e cálcio de alto coeficiente de aproveitamento pelo organismo vivo, que o retém na proporção de 86 %, segundo as experiências de Dante Costa e colaboradores. O equilíbrio cálcio-fósforo, indispensável para a correção das dietas humanas, está presente nêle, e em condições ótimas. A sua gordura é a gordura animal de mais fácil digestibilidade. Tôdas essas virtudes nutricionais têm feito do homem um grande consumidor de leite.

O consumo de leite, porém, é muito baixo no Brasil, e principalmente nas Capitais do Norte. Calcula-se em 350 c. c. por dia o consumo médio no Brasil, e 20 c. c. o consumo médio, diário, em Belém. No mais progressista município da zona bragantina, Castanhal, o consumo diário está orçado em apenas 7 c. c. Essas são cifras verdadeiramente ridículas e cumprentar medidas capazes de modificar tão triste situação.

Justamente na área bragantina será indicado o fomento da criação do gado leiteiro, tal e qual já vêm fazendo alguns produtores com esplêndida produção no Município de Ananindeua. É possível a criação ali de gado Gersey, entre outras raças européias, desde que seja feita a correção das carências minerais do solo, carências que parecem ser principalmente de cobalto. O incentivo à criação de granjas leiteiras em localidades próximas a Manaus e demais Capitais amazônicas, valerá como início da expansão do consumo desse precioso alimento na área. Satisfeitas essas medidas iniciais, sugere-se o estudo da possibilidade leiteira nas zonas do bom gado: Quatipurú, Campos da Vigia, São Caetano, Marapanim, Timboteua, para citar apenas alguns centros paraenses.

A produção de leite de búfala deverá também ser considerada, dado que o teor de gordura do leite de búfala é quase o dobro do leite de vaca, o seu teor em cálcio é ligeiramente maior e consideravelmente maior é o seu potencial energético, pois enquanto o leite de vaca Guernesey fornece 75 calorias por 100 g., o de búfala cede 100 calorias também por 100 gramas. Quanto à vitamina A, o leite de búfala a contém sob

a forma pré-formada, o que é uma vantagem a mais, e não sob a forma de carotenóides.

OS OVOS

A produção de ovos é escassa em tôda a Amazônia, e o seu consumo ainda menor. O caboclo não encontra apoio técnico, nem ração barata e disponível, no mercado, para manter criações de aves. E quando cria galinhas, e quando produz ovos, vende-os para comêles comprar as cinco espécies básicas de necessidades que o ajudam a viver: o sal, o querosene, o café, o açúcar, e o pano para vestir-se. A essas necessidades básicas do homem que vive na terra firme, o que vive da pesca acrescenta uma outra: a farinha de mandioca, que o outro produz mas que o pescador tem também que adquirir.

A produção de ovos — que no entanto é de pronto rendimento — deve constituir um programa especial, organizando-se uma grande granja de produção especializada na qual tudo se produza que seja necessário à produção dos ovos, inclusive as rações. A experiência realizada nas cercanias de Tel-Aviv, no Estado de Israel, com a organização especializada de uma granja para ovos resultou, em poucos anos, na produção para o consumo de todo o país, e para exportação à Europa, que tanto pode a técnica a serviço do homem obstinado.

FONTES DE GORDURA

O problema do abastecimento de fontes de gordura é outro que deve merecer a atenção atenta. O con-

sumo de gorduras em natureza é baixo. É verdade que o habitante da Amazônia dispõe de muitos frutos ricos em gordura, como a castanha-do-pará, o açaí — que é fonte de vitaminas A e B₁ — a bacaba, o uxi, a pupunha e tantos outros. Mas são, êsses, alimentos de determinadas áreas e não de tôda a planície amazônica. O açaí, por exemplo, só pode, a rigor, ser considerado alimento popular da foz do Xingú, à Ilha de Marajó, área da sua abundância e onde é possível colhê-lo ou comprá-lo por preço acessível. É necessário, por isso, estimular a produção local de gordura. Gordura de porco, na região bragantina e do Salgado. Manteiga, na Ilha de Marajó e no Baixo Amazonas, onde já existe regular produção doméstica dêsse alimento. Uma fábrica de manteiga instalada numa dessas regiões seria uma boa medida de apoio alimentar, desde que se tratasse de manteiga salgada. Sempre a fome de sal, em que vive o caboclo amazônico...

Encarado o problema da Amazônia em tais têrmos, e iniciado trabalho efetivo em diversos setores, seria assegurada uma modificação real na problemática alimentar da Amazônia, através de medidas concretas de fomento à produção dos gêneros necessitados, implantação de indústrias de alimentação, facilidades para o incremento da oferta de alimentos, avaliação técnica da real situação da alimentação popular na área e medidas concretas de educação alimentar. Tudo isto realizado, e com amparo de crédito — um grande problema da Amazônia é a timidez e insuficiência do crédito disponível — poder-se-ia esperar um efetivo progresso biológico das populações da imensa Amazônia, com todos

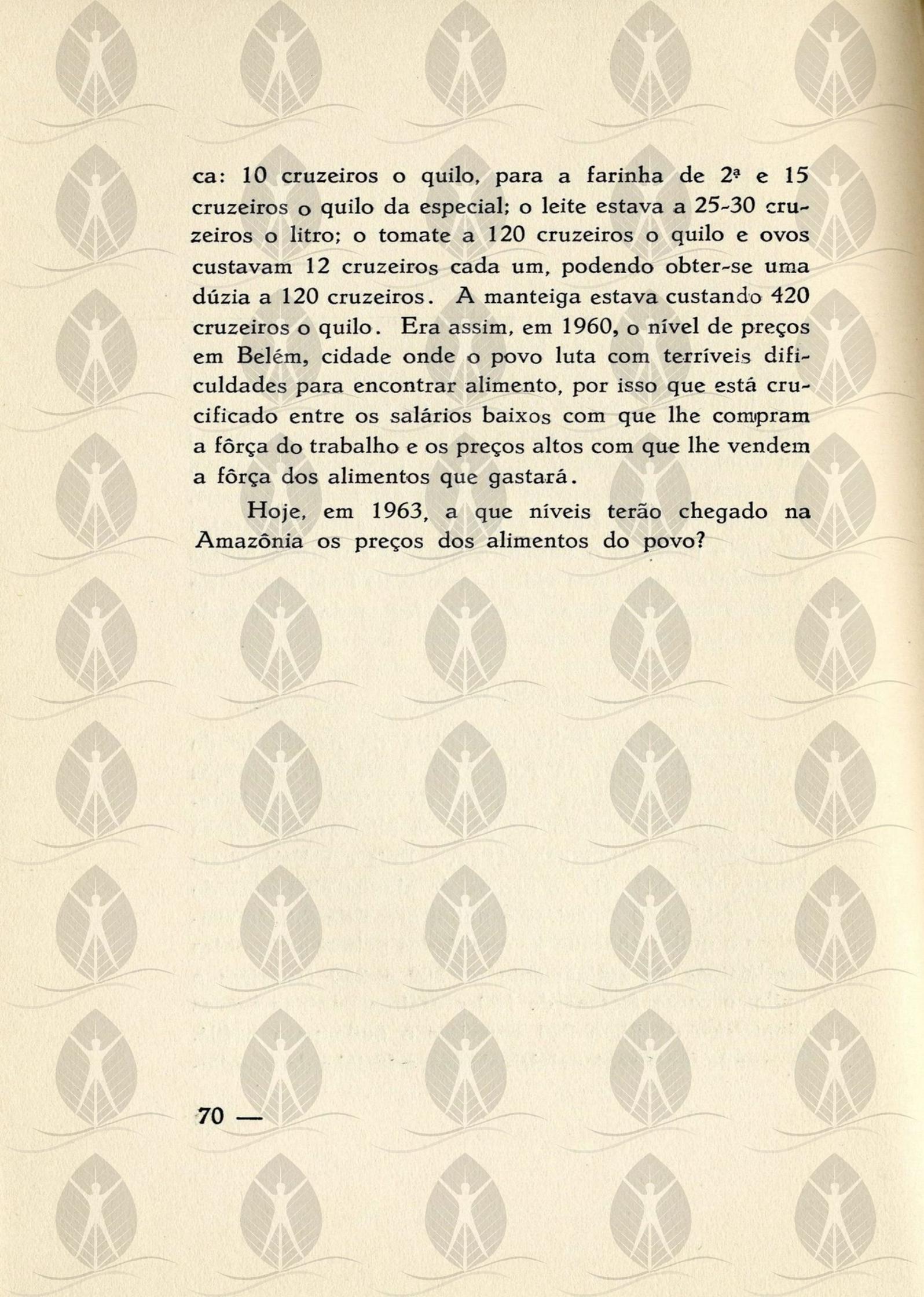
os benefícios lógicamente decorrentes no sentido de melhor trabalho, maior produção, melhor vida útil.

REFRIGERANTES E SUCOS DE FRUTAS

Diga-se que existem ainda a considerar certas iniciativas industriais de interesse econômico ou de interesse nutricional. Entre as primeiras: o fortalecimento das indústrias locais e nacionais, de refrigerantes e estudos para expansão de sucos das frutas regionais, puros ou diluídos: o açaí, o cupuaçu, o taperebá, a manga, a graviola. Pois não se fabricam em tôda a Europa, especialmente na Itália e na França, sucos de frutas locais, o pêssego, o abricó, a pêra, o damasco, postos à venda em pequenos vidros invioláveis? É necessário fazer o mesmo com as preciosas frutas do Pará e do Amazonas.

ALGUNS PREÇOS

Para que se tenha uma idéia da gravidade do problema alimentar na Amazônia, tomemos os preços de Belém, que está na sua porta de entrada e se beneficia, para o comércio de gêneros alimentícios, dessa privilegiada posição geográfica. Pois em Belém, em janeiro de 1961, eis os preços de alguns alimentos do povo: feijão, 60 cruzeiros o quilo; arroz de 2.^a, 25 cruzeiros o quilo; charque — o jabá dos pobres emigrantes nordestinos de antigamente — 200 a 250 cruzeiros o quilo; a carne fresca: de 150 cruzeiros par aas carnes dianteiras, de 2.^a, a 220 cruzeiros o quilo para o filé. A grande fonte regional de calorias, a farinha de mandi-



ca: 10 cruzeiros o quilo, para a farinha de 2ª e 15 cruzeiros o quilo da especial; o leite estava a 25-30 cruzeiros o litro; o tomate a 120 cruzeiros o quilo e ovos custavam 12 cruzeiros cada um, podendo obter-se uma dúzia a 120 cruzeiros. A manteiga estava custando 420 cruzeiros o quilo. Era assim, em 1960, o nível de preços em Belém, cidade onde o povo luta com terríveis dificuldades para encontrar alimento, por isso que está crucificado entre os salários baixos com que lhe compram a força do trabalho e os preços altos com que lhe vendem a força dos alimentos que gastará.

Hoje, em 1963, a que níveis terão chegado na Amazônia os preços dos alimentos do povo?

7.º CAPÍTULO

CONSIDERAÇÕES CORRELATAS

FICARAM fixadas, nas páginas anteriores, duas grandes conseqüências do atraso econômico da Amazônia: as más condições de doença e de desnutrição popular, e foram indicados alguns caminhos pelos quais a ação pública poderá operar algumas transformações tidas como necessárias e prementes.

Mas não apenas a êsses pontos se cinge a influência dos fatores sociais que entravam a felicidade do homem amazônico e condicionam o baixo nível da vida a que tem sido condenado.

Ainda outros pontos hão que ser citados, mesmo que se o faça de modo extremamente rápido.

Vestuário e recreação, por exemplo, são outros tantos problemas que ainda estão por ser equacionados na Amazônia. O homem vive quase desvestido no interior, e a constatação dêsse fato já se encontra até nos documentos da literatura sôbre a região (Raymundo de Moraes, Peregrino Junior, Angyone Costa

e outros). Confessemos também que as horas de lazer não são contadas para a vida, na Amazônia. Para as crianças, quase que tudo se reúne na alegria de empinar papagaios, se habitam nas cidades, ou à alegria de brincarem com o caroço de tucumã, que simboliza, para a imaginação infantil, tôdas as possibilidades de distração e brinquedo. Para os adultos, sem fazer-se alusão ao cinema dos grandes centros e aos belos teatros fechados, nos quais a voz humana quase nunca ecoa — para os adultos, a única recreação é o lento passar das horas da vida pobre.

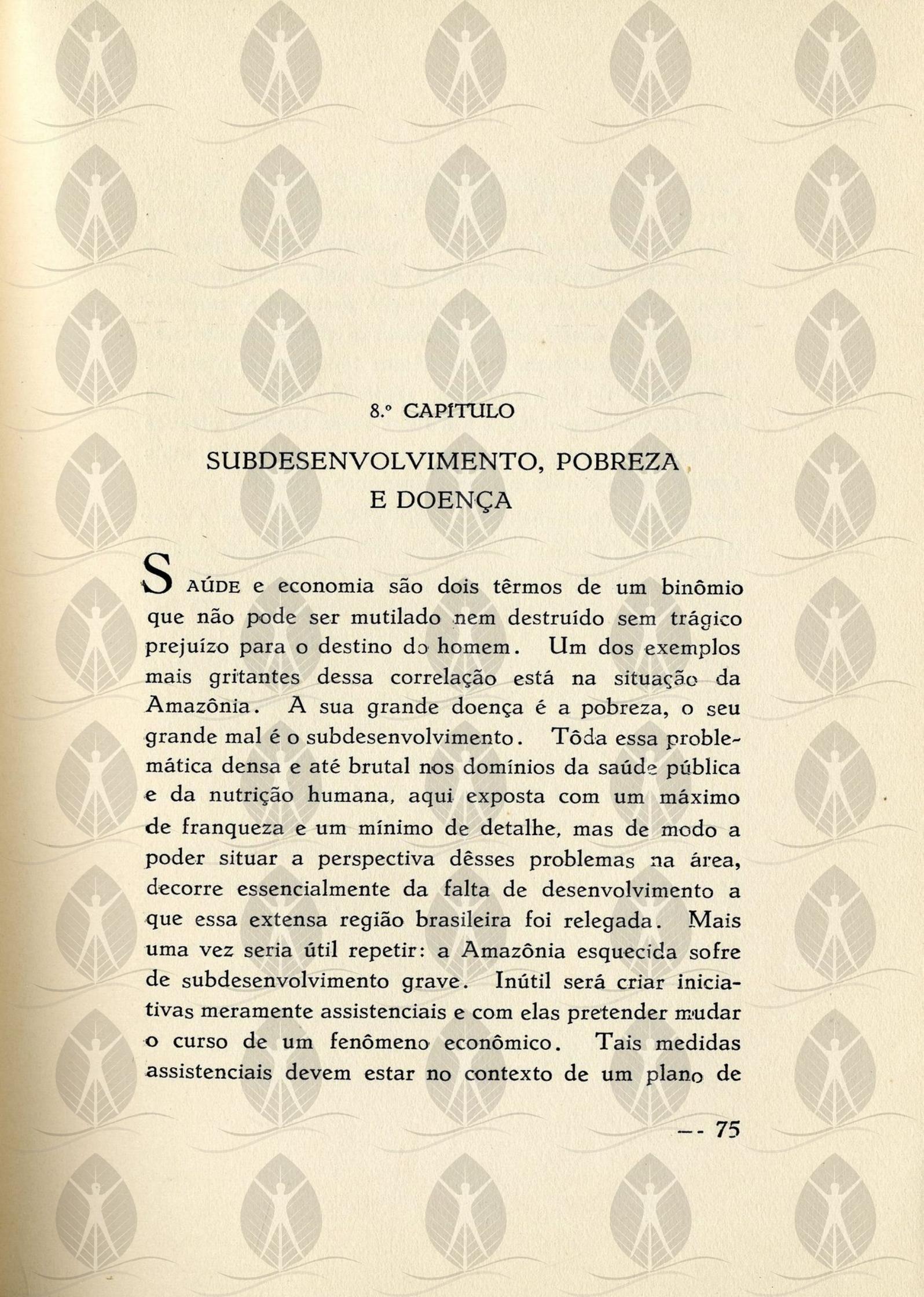
O aparelhamento educacional, extraordinariamente exíguo, também clama por reforma, aparelhamento e expansão. A difusão e o equipamento da escola primária é um dever a atender desde logo. E outro: a formação de professorado não só para o ensino primário como também para o ensino profissional e rural. O antigo Patronato Agrícola Manuel Barata, hoje extinto, representa uma experiência a ser renovada e aperfeiçoada.

A SPVEA, criada para atender à problemática do desenvolvimento amazônico, ainda não encontrou quem a levasse a pôrto seguro. Essa superintendência, contudo, com o seu acêrvo de serviços prestados e de erros cometidos, ainda é um grande instrumento de ação pública a utilizar para oferecer, à Amazônia, vitória contra o atraso e o subdesenvolvimento.

Mas para que a SPVEA cumpra êsse destino parece necessário uma reforma em sua estrutura administrativa, breve e simples reforma que apenas vise a fazer prevalecer, nas decisões do seu conselho dirigente, o

interêsse técnico e não o político. O sistema de representação de governos, com os representantes governamentais com direito a voto, permaneceria. Mas operar-se-ia uma inversão numérica: em vez de 9 votos de representantes e apenas seis de técnicos — os atuais presidentes de subcomissões — que se aumentasse para 11 o número dessas subcomissões e assim houvesse um «quorum» resolutivo em que os técnicos recebessem a influência e o conselho dos governos locais, mas assegurassem a prevalência de suas opiniões. Também reformas seriam necessárias no mecanismo de aprovação parlamentar dos seus programas anuais de trabalho. Com alguma modificação — que a experiência dos últimos anos fartamente indica — a SPVEA estará reposta no seu papel de órgão dinamizador da recuperação da Amazônia.

Para recuperar esta região, tão vital para o Brasil, é necessário terminar com a inexistência generalizada de recursos, sufocar a miséria reinante e findar com a descaridade do poder central. Grande é a heroicidade do homem que vive na Amazônia. Maior, só a urgência em socorrê-lo na sua vida quotidiana e nos seus bruxoleantes caminhos de esperança.



8.º CAPÍTULO

SUBDESENVOLVIMENTO, POBREZA E DOENÇA

SAÚDE e economia são dois t ermos de um bin omio que não pode ser mutilado nem destruido sem trágico prejuízo para o destino do homem. Um dos exemplos mais gritantes dessa correla o está na situa o da Amazônia. A sua grande doença   a pobreza, o seu grande mal   o subdesenvolvimento. Tôda essa problemática densa e até brutal nos domínios da saúde pública e da nutri o humana, aqui exposta com um máximo de franqueza e um mínimo de detalhe, mas de modo a poder situar a perspectiva d esses problemas na área, decorre essencialmente da falta de desenvolvimento a que essa extensa região brasileira foi relegada. Mais uma vez seria útil repetir: a Amazônia esquecida sofre de subdesenvolvimento grave. Inútil será criar iniciativas meramente assistenciais e com elas pretender mudar o curso de um fen meno econômico. Tais medidas assistenciais devem estar no contexto de um plano de

desenvolvimento econômico de toda a região para poderem oferecer a totalidade dos bons resultados que com eles é possível obter. Se não deveremos ficar de braços cruzados, contemplando, sem nada fazer, o espetáculo da doença e da desnutrição amazônica, também é um dever ainda maior reclamar o planejamento necessário e a execução das medidas tendentes a oferecer a estrutura de uma economia regional sólida. Se esta fôr instaurada, a doença e a fome serão banidas através das medidas preconizadas mas de modo mais fácil, mais rápido, mais barato e mais duradouro.

Desenvolvimento econômico e Saúde — Se é verdade que o homem constitui um fator de desenvolvimento, é também verdade que é ele, também, o destinatário final dos benefícios do desenvolvimento. O desenvolvimento econômico terá de ser promovido para que as condições de vida humana realmente se modifiquem, na perspectiva da história e nos caminhos do futuro. Não basta melhorar o estado sanitário, inclusive nutricional, de uma determinada população de uma área subdesenvolvida e em determinada época histórica, para que se possa acreditar que a saúde e a abastança nela entraram para ficar. Esse pensamento é utópico. Os benefícios assistenciais que se consigam em áreas de subdesenvolvimento serão transitórios se não tiver havido a modificação das estruturas econômicas da sociedade que se pretende socorrer.

A grande carência da Amazônia é a de uma economia estável que assente os alicerces na industrialização. E a verdade é que essa região foi deixada à

margem do desenvolvimento econômico que se tem propiciado a outras áreas do complexo brasileiro.

Rendas públicas — Um dos documentos que demonstram de modo nítido, e até violento, o drama da pobreza da Amazônia pode ser colhido na análise das estatísticas de rendas públicas. Ver-se-á que a contribuição amazônica para a renda nacional é ínfima e em alguns dos Estados componentes da região apresenta desmedida tendência para o declínio. Isto quer dizer que a Amazônia é pobre e está ficando mais pobre. A sua pobreza é um processo que em alguns setores cresce de forma angustiosa. Tomando-se o Pará, sem dúvida o Estado mais importante da grande região esquecida, ver-se-á que no período de 1953 a 1959 o aumento de renda observado nesse Estado foi 9 vezes menor do que o apresentado no Estado da Guanabara e 20 vezes menor do que o do Estado de São Paulo, no mesmo período. Osório Nunes levantou esse problema em seus «Diálogos da Amazônia».

A contribuição paraense para a renda nacional tem oscilado em torno de 1 %, a partir de 1953. Nesse ano, no conjunto de 360.211 milhões de cruzeiros de renda interna do Brasil, apenas 4.367 milhões foram contribuição do Estado do Pará, o que significa que é tão somente de 1.2 % a presença paraense no quadro geral da riqueza brasileira. Em 1956 houve acréscimo de 0.1%; mas em 1959, em contrapartida, registrou-se decréscimo e a participação paraense na renda nacional caiu a menos de um por cento. É impossível ser mais pobre. E a prova de que essa situação econômica

agrava de modo inclemente as condições de vida, pode ser retirada da contemplação das rendas *per-capita* em 1956: no Pará, Cr\$ 7.400,00, no Brasil, Cr\$ 12.200,00 *per-capita*.

Os índices do custo de vida, em Belém, foram dos maiores do Brasil em 1960, revelando-se um aumento só superado pelo de Salvador, Rio e São Paulo. A grande Capital da Amazônia ocupa assim o quarto lugar entre as cidades brasileiras em que o custo de vida mais aumentou em 1960.

Potencial elétrico — A situação de pobreza do povo vê-se agravada, como em todo o país, pela alta geral dos preços das utilidades, porém parece que na Amazônia as coisas devem ser sempre um pouco mais trágicas. Povo tão pobre, paga mais, para ter energia elétrica que os seus irmãos da Guanabara e de São Paulo. O paraense, em 1960, pagou Cr\$ 3.95 por quilowatt-hora, enquanto o carioca pagou apenas Cr\$ 1.56 e o paulista Cr\$ 1.24. É difícil supor de que maneira um Estado possa se desenvolver devendo pagar tão cara eletricidade. Restará à população paraense apenas o consolo de saber que no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte e no Rio Grande do Sul, esse preço é ainda maior. No que diz respeito à eletricidade, que é um dos grandes fatores de progresso que o Brasil neste momento acrescenta, a capacidade geradora do Pará é mínima. Os jornais estão cheios de notícias e as revistas de vistosas fotografias referentes às novas usinas, às quedas d'água domadas em todo o Brasil, do sul e do centro, às formidáveis reprêsas que estão transfigurando, num trabalho ciclópico, a própria

geografia do coração do Brasil. Diga-se, contudo, que cabe ao Pará apenas 0.7 % do total de potência elétrica instalada em todo o Brasil. A política de ampliação do potencial elétrico, vitoriosa em todo o país, praticamente não chegou à Amazônia, onde existem algumas quedas d'água que possibilitariam inversões capazes de frutificar em progresso para a região, em bem-estar para o povo, em aumento das oportunidades de trabalho, em mais dinheiro circulante, em felicidade melhor distribuída.

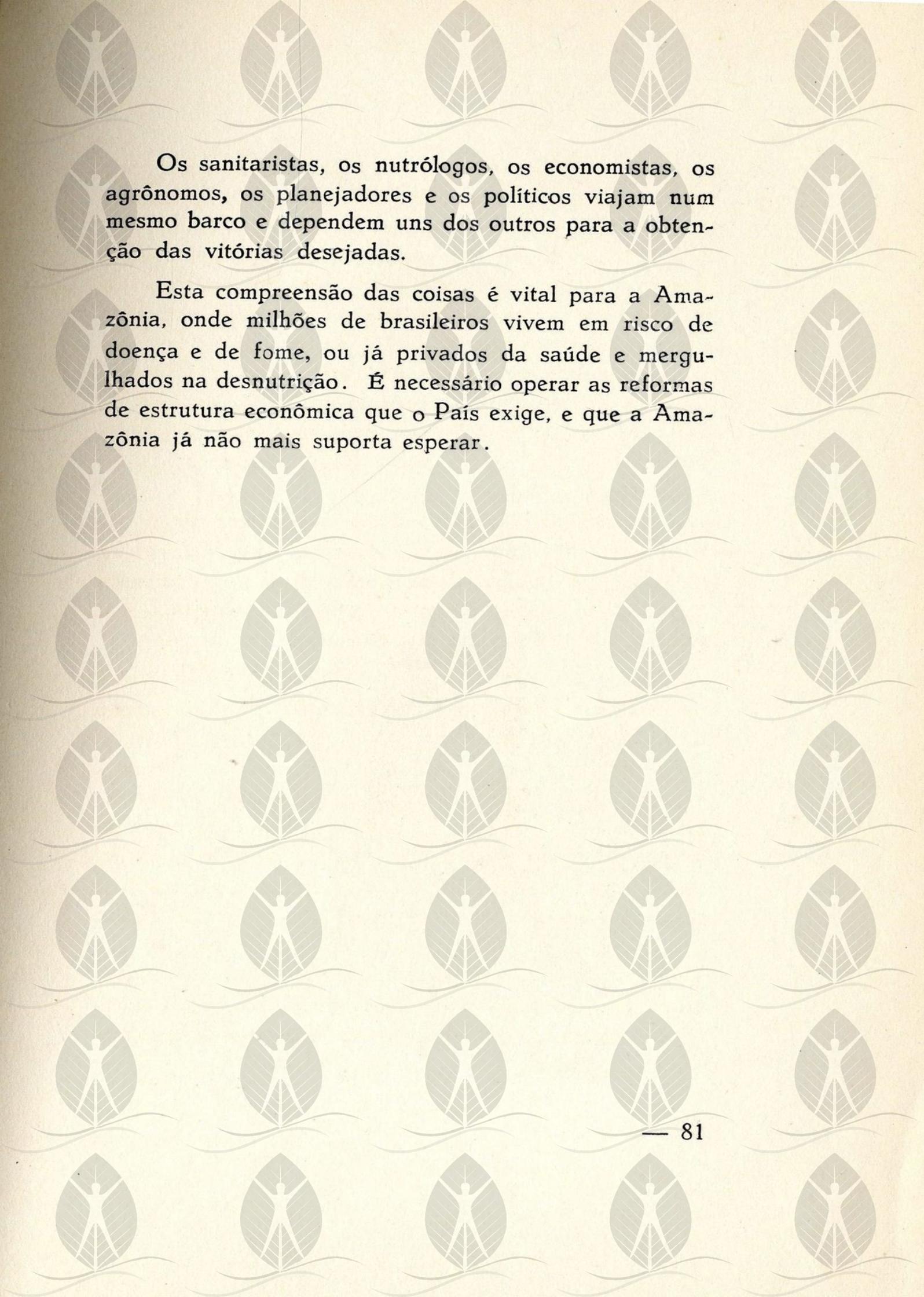
Política creditícia — O abandono em que o governo federal tem deixado o Pará, em termos de apoio financeiro capaz de gerar novas iniciativas e criar uma perspectiva feliz de trabalho, pode ser desde logo medido com a revelação de um só detalhe: em 1961 a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil aplicou no Pará apenas Cr\$ 57.000.000,00, e só em São Paulo aplicou, nesse mesmo período, Cr\$ 2.600.000.000,00.

Não é possível pensar em desenvolver harmônica-mente o Brasil quando se faz o que se tem feito com a Amazônia. Em 1960, entre 2.681 estabelecimentos industriais que receberam dinheiro do Banco do Brasil, só 20 eram do Pará, mas 351 eram de São Paulo, 307 de Minas Gerais e 636 do Rio Grande do Sul. Em 1961 o Pará obteve apenas Cr\$ 83.000.000,00 de crédito rural para estabelecimentos agropecuários, de um total de Cr\$ 3.000.000,00 distribuídos a todo o Brasil, o que corresponde a um atendimento mínimo de um mínimo de dificuldades confessadas. Em 1961 foram realizados 225.597 contratos de crédito rural em todo o Brasil,

dos quais só 804 referiam-se ao Pará. Se um estudo semelhante fôr feito relativamente às injeções de dinheiro e de técnica que as unidades móveis de crédito rural têm feito no Brasil, poderiam ser encontradas, para a América, cifras verdadeiramente ridículas, em face dos milhares de inversões realizadas em todo o Brasil. Diga-se mais, levantando o véu de uma triste injustiça, que essas unidades móveis de crédito rural firmaram 23.793 contratos de assistência creditícia em todo o país, em 1961, representando uma soma de mais de dois bilhões de cruzeiros, e nenhum desses contratos foi feito no Pará.

Esperança de vida — Amazonas e Pará detêm um triste privilégio: o de serem, depois de Mato Grosso, os dois Estados do Brasil em que a vida média humana é menor: 38 anos. De modo contrário, são ainda bem altas as cifras de mortalidade infantil.

Nôvo conceito de saúde — De nôvo os dois têm os do binômio: saúde e desenvolvimento. A saúde não é uma forma cristalisada de viver sem doença. A saúde é possibilidade de viver livre das doenças mas com a capacidade de desenvolver progressivamente as potencialidades individuais. O homem é a grande meta do desenvolvimento econômico, sem o qual não há saúde duradoura. Sem contemplar diretamente o homem, será inviável o desenvolvimento econômico e social. Saúde é a crescente aptidão para a vida em termos de trabalho, eficiência e felicidade. E isto só se consegue, no plano individual, como consequência das modificações sociais operadas globalmente no curso do desenvolvimento econômico.



Os sanitaristas, os nutrólogos, os economistas, os agrônomos, os planejadores e os políticos viajam num mesmo barco e dependem uns dos outros para a obtenção das vitórias desejadas.

Esta compreensão das coisas é vital para a Amazônia, onde milhões de brasileiros vivem em risco de doença e de fome, ou já privados da saúde e mergulhados na desnutrição. É necessário operar as reformas de estrutura econômica que o País exige, e que a Amazônia já não mais suporta esperar.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Amyntor — "Contribuição ao plano de Saúde Pública. para o interior da Amazônia" — SPVEA — Belém, 1959.

BORGES, Pedro, R. Siqueira e W. Silva — «A realidade Alimentar Brasileira» — Rio, 1957.

BOTELHO, A. Tôres — «Considerações sôbre a industrialização do pescado na Amazônia» — Belém, 1959.

COMISSÃO NACIONAL DA PECUÁRIA DE LEITE — Ministério da Agricultura — «A criação de búfalos para fomento da pecuária leiteira na Amazônia» — Rio, 1958.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO — «Programa de Metas» — Rio, 1958.

COSTA, Angyone — «Introdução à Arqueologia Brasileira» — 3ª edição, *Companhia Editôra Nacional* — São Paulo, 1959.

COSTA, Dante — «Alimentação e Progresso» — 2ª edição, *Biblioteca Central de Nutrição* — Rio, 1960.

— «Higiene, Alimentação e Crime» — SAPI — Rio, 1960.

— «Situação Alimentar da População Brasileira» — *in* *Correio da Manhã* de 15 de janeiro de 1961.

- «O Problema Alimentar da Amazônia» — Med. Cirurg. Farm. n.º 60 — Rio, 1941.
- «Pesquisas de Nutrição na Amazônia» — Nota à Conf. Nutrição da FAO para a América Latina — Edições SAPS — Rio, 1948.
- «Presença da Vitamina A no Assahy» — Revista Brasileira de Medicina n.º 2 — Rio, 1945.
- «Presença da Vitamina B1 no Assahy» — Cultura Médica ns. 9 e 10 — Rio, 1945.
- «Valor de crescimento da Castanha do Pará» — (ensaio prévio) — *in* Cultura Médica ns. 7 e 8 — Rio, 1945.
- «Valor de crescimento da Castanha do Pará» — (2.º ensaio) — O Hospital n.º 6 — Rio, 1945.
- COSTA, Dante, e H. Paula Fonseca — «Sobre a suposta presença da vitamina A no doce de cupuaçu» — Revista Brasileira de Medicina n.º 12 — Rio, 1946.
- «Estudo comparativo entre a Castanha do Pará, o leite e o feijão preto» — SAPS — Rio, 1951.
- COSTA, Dante, Mota, Salatiel e M. C. Carvalho — «Sobre o valor nutritivo do doce de cupuaçu» — SAPS — Rio, 1950.
- COSTA, Dante Salatiel Mota — «Beneficiamento da Castanha do Pará para fins alimentares» — *in* Cultura Médica ns. 3 e 4 — Rio, 1942.
- DAY, Thomas H. — «Guia preliminar para classificação dos solos do vale do Baixo Amazonas» — Belém, 1959.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ «A Amazônia na Conferência Internacional de Investimentos» — Belém, 1958.
- FRAGA, Clementino — «Através da Medicina» — Rio, 1960.
- GRAY, G. G. — Comunicação pessoal.
- GUEIROS, Zoenio Mota — «Considerações em torno da esquistosomose na Amazônia» — Belém, (em impressão).

- HERMES, Gabriel — «A Amazônia e a Unidade Nacional» — Rio, 1956.
— «Política e Problemas Econômicos» — Rio, 1957.
— «A Amazônia e o Problema da Borracha» — Rio, 1955.
- HOLLEMAN, L. W. J. e Aten, A. — «Traitement du Manioc et produits à base de manioc» — FAO — Roma, 1956.
- JULIANELLI, J. S. — «Campanha Nacional da Merenda Escolar» — 1955/1959 — MEC — Rio, 1960.
- KON, S. K. — «Le lait et les produits laitiers dans la nutrition humaine» — FAO — Roma, 1959.
- LIMA, Rubens R. — «A agricultura nas várzeas do Estuário do Amazonas» — *in* Boletim Técnico n.º 33 — Instituto Agrônomo do Norte — Belém, 1956.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos — «Síntese da História Econômica do Brasil» — MEC — Rio, 1958.
- MESCHKAT, Arno — «Considerações sobre a Pesca na Amazônia» — Belém, 1959.
- NERY GUIMARÃES, F. — Comunicação pessoal.
- NUNES, Osório — «Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira» — Rio, 1949.
- NUNES, Osório — «Diálogos da Amazônia», ou «A Amazônia, Senhor Presidente» — *Correio da Manhã*, Abril/maio, 1962.
- NUNES PEREIRA — «O peixe-boi na Amazônia» — Ministério da Agricultura — Rio, 1954.
- PATWARDHAN, V. N. — «Nutrition in India» — Hind Kitabs Limited — Bombay, 1952.
- PEREGRINO JUNIOR — «A mata submersa» — José Olimpio Editôra — Rio, 1961.
— «Alimentação Problema Nacional» — Rio, 1942.
- RZINHO, L. da Silva Carneiro — «Os solos do Território Federal do Amapá» — SPVEA — Belém, 1955.

SCAFF, Luiz Miguel — Relatório anual do D.N.E.Ru., Circuns-
crição Pará — Belém, 1960.

— Comunicação pessoal.

SERRA, Adalberto — «Climatologia Equatorial» — Rio, 1945 .

SILVA MELO, A. — «Alimentação Humana e Realidade Brasileira»
— SAPS — Rio, 1950.

— «Alimentação, Instituto e Cultura» — 4ª edição, —
Rio, 1956.

SILVA, Walter — «Inquérito sôbre consumo de alimentos e nutri-
mentos, avaliação do estado nutritivo e situação econômica
da população da Amazônia» — *in* Boletim Com. Nac. de
Alimentação nº 2, Ano IV — Rio, 1959.

VERISSIMO, José — «A pesca na Amazônia» — Rio, 1895.

VOGT, William — «La faim du monde» — Hachette — Paris,
1950.

WINSLOW, C. A. — «Le coût de la maladie et le prix de la santé»
— OMS — Geneve, 1952.

ÍNDICE

1º CAPÍTULO

| | Págs. |
|--------------------------|-------|
| AMAZÔNIA ESQUECIDA | 3 |

2º CAPÍTULO

| | |
|--|----|
| A FLORESTA GRÁVIDA | 9 |
| <i>O inventário florestal</i> | 12 |
| <i>Exploração florestal e formação de técnicos</i> | 12 |
| <i>Novos mercados para novas madeiras</i> | 14 |

3º CAPÍTULO

| | |
|---------------------------------|----|
| AGRICULTURA DIVERSIFICADA | 17 |
| <i>A Zona Bragantina</i> | 17 |

4º CAPÍTULO

| | |
|--------------------------|----|
| EM DEFESA DO HOMEM | 21 |
|--------------------------|----|

5º CAPÍTULO

| | |
|---|----|
| LUTA PELA SAÚDE | 25 |
| <i>Limites do Saneamento Básico</i> | 26 |
| <i>A água canalizada</i> | 26 |
| <i>Os dejetos e seu destino</i> | 29 |
| <i>Defesa Sanitária de Belém</i> | 30 |
| <i>Melhor habitação</i> | 31 |
| <i>Necessidade da colaboração popular</i> | 33 |
| <i>O Combate às doenças regionais</i> | 34 |
| A malária | 34 |
| A filariose | 37 |
| Bouba e Pinta | 38 |
| Leishmaniose | 39 |
| Esquistossomose | 39 |
| Doença de Chagas | 41 |
| Tuberculose e Lepra | 41 |
| Hospitais e Assistência Médica Direta | 43 |

6º CAPÍTULO

| | <i>Págs.</i> |
|--|--------------|
| DESNUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO | 47 |
| O significado da desnutrição | 47 |
| Significação Nacional do Problema | 48 |
| O Problema Alimentar da Amazônia | 49 |
| Soluções Adequadas ao Problema Alimentar da Amazônia | 54 |
| Medidas de emergência | 54 |
| Medidas a curto prazo | 55 |
| Medidas a longo prazo | 55 |
| A necessidade dos inquéritos alimentares | 56 |
| A importância da pesca | 56 |
| Necessidade de crédito para ajuda a investidores | 60 |
| A importação do bacalhau verde | 61 |
| Pirarucu e Peixe-boi | 62 |
| Educação Alimentar | 62 |
| Produção de carne | 63 |
| O conhecimento da natureza química dos solos | 64 |
| O leite | 65 |
| Os ovos | 67 |
| Fontes de gordura | 67 |
| Refrigerantes e sucos de frutas | 69 |
| Alguns preços | 69 |

7º CAPÍTULO

| | |
|--------------------------------|----|
| CONSIDERAÇÕES CORRELATAS | 71 |
|--------------------------------|----|

8º CAPÍTULO

| | |
|--|----|
| SUBDESENVOLVIMENTO, POBREZA E DOENÇA | 75 |
| Desenvolvimento econômico e Saúde | 76 |
| Rendas Públicas | 77 |
| Potencial elétrico | 78 |
| Política creditícia | 79 |
| Esperança de vida | 80 |
| Nôvo conceito de saúde | 80 |
| BIBLIOGRAFIA | 83 |
| ÍNDICE | 87 |

- 31 — CORPO 10 Ary Vasconcelos
- 32 — QUADRANTES DO MODERNISMO
BRASILEIRO Murillo Araujo
- 33 — SALINAS Zilá Mamede
- 34 — REFLEXÕES DOS TRINTA ANOS Raymundo Souza Dantas
- 35 — UM RETRATO DE MARQUES RE-
BÊLO Augusto dos Santos Abranches
- 36 — ÁLVARES MACIEL NO DEGRÊDO
DE ANGOLA Francisco Antônio Lopes
- 37 — FAVELAS Geraldo Menezes Côrtes
- 38 — REFORMA AGRÁRIA NO ÂMBITO
INTERNACIONAL 2.º Grupo de Trabalho da ADESG
- 39 — O INDIGENISTA RONDON Darcy Ribeiro
- 40 — EDUCAÇÃO E TRADIÇÃO Hugo Ramirez
- 41 — SOB O SIGNO DE POLIMNIA Menotti del Picchia
- 42 — EUCLIDES, CAPISTRANO E ARA-
RIPE Afranio Coutinho
- 43 — POSSE NA CATEDRA DE DIREITO
DO TRABALHO DA FACULDADE DE
DIREITO Evaristo de Moraes Filho
- 44 — PEQUENA HISTÓRIA DA INCON-
FIDÊNCIA Brasil Gerson
- 45 — CIDADE DO INTERIOR Newton Braga
- 46 — A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ES-
TADOS UNIDOS Francis Millet Rogers
- 47 — LIBERDADE E PAZ Celso Kelly
- 48 — BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS DA
PROVÍNCIA Edson Nery da Fonseca
- 49 — ENSINO DO DIREITO PENAL Roberto Lyra
- 50 — GLOSSÁRIO DO LIVRO DE ALBERTO
RANGEL "DOM PEDRO I E A MAR-
QUESA DE SANTOS" L. G. de Simas
- 51 — BALCÃO DE LIVRARIA Herbert Caro
- 52 — RUI BARBOSA, ORADOR João Neves da Fontoura
- 53 — JORNALISMO E DEMOCRACIA Raul Lima
- 54 — INTRODUÇÃO AO VOCABULÁRIO DE
GÍRIA MILITAR Jonas Correia
- 55 — CHICO Ézio Pinto Monteiro
- 56 — A ILHA DO TEMPO Dirceu Quintanilha
- 57 — O MASCARADO DE VILA RICA Martins de Oliveira
- 58 — DOIS POETAS DO NORDESTE Veríssimo de Melo
- 59 — JORNAL, HISTÓRIA E TÉCNICA Juarez Bahia
- 60 — GABRIELA, SEU CRAVO E SUA
CANELA Juarez da Gama Batista
- 61 — O HUMANISMO DE CASTRO
ALVES Alexandre Passos
- 62 — DOCUMENTÁRIO SOBRE MARÍLIA
DE DIRCEU João Batista de Magalhães Gomes
- 63 — DELENDA BAHIA Elsie Lessa



DEPARTAMENTO DE IMPRESA NACIONAL
1965



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA